



**UNIVERSIDADE
ESTADUAL DE LONDRINA**

PAULO SÉRGIO NEGRI

**A IDENTIDADE ECOLÓGICA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST:
O CASO DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR –
ARAPONGAS - PARANÁ**

LONDRINA
2005

PAULO SERGIO NEGRI

**A IDENTIDADE ECOLÓGICA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST
O CASO DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR –
ARAPONGAS - PARANÁ**

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

Orientador: Prof. Dr. Paulo Bassani

Londrina

2005

Catálogo na publicação elaborada pela Divisão de Processos Técnicos da Biblioteca Central da Universidade Estadual de Londrina.

Dados Internacionais de Catalogação-na-Publicação (CIP)

N388i Negri, Paulo Sergio.

A identidade ecológica do movimento dos trabalhadores rurais sem terra- MST o caso do assentamento Dorcelina Foador- Araongas- Paraná / Paulo Sergio Negri. – Londrina, 2005.
125f.

Orientador: Paulo Bassani.
Dissertação (Mestrado em Ciências Sociais) – Universidade Estadual de Londrina, 2005.
Bibliografia: f. 114-118.

1. Movimento dos trabalhadores rurais sem terra (MST) – Teses. 2. Assentamentos rurais – Teses. 3. Trabalhadores rurais – Paraná – Teses. 4. Proteção ambiental – Participação do do cidadão – Teses. 5. Desenvolvimento sustentável – Teses. I. Bassani, Paulo. II. Universidade Estadual de Londrina. III. Título.

CDU 333.013.6:577.4

PAULO SERGIO NEGRI

**A IDENTIDADE ECOLÓGICA DO MOVIMENTO DOS
TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST**

O CASO DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR – ARAPONGAS – PARANÁ

Dissertação apresentada ao Curso de Pós-Graduação, em Ciências Sociais, da Universidade Estadual de Londrina, como requisito parcial à obtenção do título de Mestre.

COMISSÃO EXAMINADORA

Prof.^a Dra. Lúcia Helena Batista Gratão

Prof. Dr. Oswaldo Calzavara

Prof. Dr. Paulo Bassani

Londrina, ____ de _____ de 200_

A misericórdia de Deus, que tem
me sustentado constantemente.

AGRADECIMENTOS

À Universidade Estadual de Londrina, pela oportunidade que me concedeu para o aperfeiçoamento profissional.

À minha família que soube compreender todo o tempo em que não pude me dedicar a eles o quanto eu queria.

À minha querida Salete que soube como ninguém me amparar nos momentos mais difíceis dessa caminhada.

Ao meu estimado e tão querido Prof. Dr. Orientador Paulo Bassani, sem a sua intercessão dificilmente eu conseguiria chegar.

Aos amigos do Laboratório de Tecnologia Educacional da UEL em especial as professoras do setor pedagógico pela compreensão nos momentos de minha ausência.

Aos professores do Programa de Mestrado em Ciências Sociais da UEL pela experiência e conhecimento transmitidos.

Ao prof. Dr. Ronaldo Baltar Coordenador do programa de Mestrado em Ciências Sociais por sua mediação nos momentos cruciais de meu mestrado.

Aos assentados do assentamento Dorcelina Folador em Arapongas – Paraná sem os quais não haveria esta pesquisa, muito obrigado e que Deus lhes pague.

Ao querido Joi por estar tão perto e que muito me ensinou com a sua força e o seu silêncio.

À prof. Estela O. Fuzii, mestra que sempre me incentivou e soube ter calma com as minhas ausências, seu exemplo de profissional dedicada sempre me acompanharão.

Aos meus alunos por me perdoarem nas ocasiões em que precisei faltar as aulas por conta de minha pesquisa.

À natureza que me fez adoecer e graças à doença pude me reencontrar enquanto ser humano e filho de Deus.

À Profa. Darcy K. Nampo (in memóriam) por todo o incentivo e carinho a mim destinado.

Ao Chico Amaro que não mediu esforços para revisar este trabalho, que Deus lhe pague.

Aos meus filhos, em especial o Victor que tanto me cobrou os domingos em que fiquei pesquisando.

Enfim, à todos que colaboraram e incentivaram direta ou indiretamente na realização deste trabalho.

A meus pais Anna Negri e
José Negri (in memóiriam)

NEGRI, Paulo Sérgio. A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas – Paraná. Londrina, 2004. Dissertação (mestrado em Ciências Sociais). Universidade Estadual de Londrina – UEL .

RESUMO

O trabalho A identidade ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST: o caso do assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas - Paraná teve como objetivo a análise das orientações do MST no que diz respeito a preservação ambiental, bem como detectar a construção da identidade ecológica do MST e perceber em que medida o discurso agroecológico do Movimento em nível nacional/local rebate junto aos assentados na forma de projeto agroecológico dentro do assentamento. O MST se posiciona contrário ao modelo de agricultura moderna adotado no Brasil que intensificou-se a partir da Revolução Verde, pois o considera nocivo ao meio ambiente além de permitir a exclusão social. Em tese o MST propõe a implantação de um novo modelo de produção agrícola pautado no desenvolvimento rural sustentável (agroecológico). A partir desse pressuposto foi escolhido o assentamento Dorcelina Folador no município de Arapongas no norte do Paraná para que esta pesquisa se realizasse. Foram aplicadas entrevistas aos assentados em duas etapas: a primeira etapa foi realizada com quarenta famílias de assentados e a segunda etapa apenas aos assentados que trabalhavam com produtos orgânicos. A análise dos dados e o confronto com o discurso do MST demonstraram a existência de fatores limitantes que influenciaram a constatação da aplicação efetiva do discurso do MST junto aos assentados deste assentamento sendo eles: ausência de um projeto em produção orgânica; dificuldades dos assentados em romper com o paradigma da agricultura moderna; mercado para produtos orgânicos; falta de formação técnico-educativa específica para a produção agroecológica.

Palavras chaves: MST, Assentamento. Sustentabilidade. Agroecologia. Fatores limitantes.

NEGRI, Paulo Sérgio. The environmental identity of the Rural Movement of Landless Workers - MST: the case of the Dorcelina Folador settlement in the county district of Araongas - Paraná. Londrina, 2004. Dissertation (master's degree in social sciences). Londrina State University - UEL.

SUMMARY

The Work. The environmental identity of the Rural Movement of Landless Workers – MST -: the case of the Dorcelina Folador settlement in the county district of Araongas - Paraná had as objective the analysis of the MST orientations on behalf of environmental preservation, as well as to detect the build-up of the environmental identity of the MST and to feel in what measure the agro-environmental speech of the Movement rebate on local/nacional level to those settled in the manner of an agro-environmental project within the settlement. The MST positions itself against the model of modern agriculture adopted in Brazil, which was intensified beginning with the Green Revolution, because it considers it harmful to the environment and besides, also allows social exclusion. In thesis, the MST proposes the introduction of a new model of agricultural production based on the sustainable rural development (agro-environmental). And based on that surmise, there was chosen the Dorcelina Folador settlement in the county district of Araongas, in the north of Paraná so that this research could take place. Interviews were applied to the settled families in two stages: the first stage was accomplished with forty settled families and the second stage only to those who worked with organic products. The analysis of the data and the confrontation with the speech of the MST showed the existence of restrictive factors which influenced the confirmation of the effective application of the speech of the MST to those of that settlement, being: non-existence of an organic production project; difficult of the settled in breaking up with the paradigm of modern agriculture; lack of market for organic products; lack of specific technical-educational formation in agro-environmental production.

Key words: MST. Settlement. Sustainability. Agro-environment. Restrictive factors.

LISTA DE ILUSTRAÇÕES

- Foto 1 – Plantação de acelga com uso de agrotóxicos. (assentamentos Dorcelina Folador – Arapongas – Paraná) -----88
- Foto 2 – Plantação de repolhos com uso de agrotóxicos. (assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – Paraná)-----88
- Foto 3 – Criação de galinhas diferenciada sem uso de ração química (assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – Paraná)-----99
- Foto 4 - Espaço para circulação de galinhas com criação diferenciada (assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – Paraná) -----99
- Foto 5 Pastagem para criação de galinhas sem ração química (assentamento Dorcelina Folador – Arapongas – Paraná) -----100
- Foto 6 Interior do barracão dividido por piquetes (assentamento Dorcelina Folador Arapongas – Paraná)-----100
- Foto 7 Criação de suíno sem ração química (assentamento Dorcelina Folador Arapongas – Paraná)-----101

LISTA DE TABELAS

Tabela 1 – Estado civil dos assentados no assentamento Dorcelina Folador Araongas - Paraná -----	73
Tabela 2 - Grau de escolaridade dos assentados do assentamento Dorcelina Folador – Araongas – Paraná-----	75
Tabela 3 – Infra-estrutura: veículos/maquinários e ferramentas que os assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador – Araongas – Paraná possuem-----	80
Tabela 4 – Produtos cultivados/ produzidos pelos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador – Araongas – Paraná-----	83
Tabela 5 – Criação de animais/aves dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador - Araongas – Paraná-----	84
Tabela 6 – Distribuição do excedente da produção dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador – Araongas – Paraná.-----	86

LISTA DE QUADROS

Quadro 1 – Dificuldades encontradas na produção de orgânicos no assentamento Dorcelina
Folador – Araongas - Paraná na opinião do entrevistado “A” -----94

Quadro 2 – Dificuldades encontradas na produção de orgânicos no assentamento Dorcelina
Folador – Araongas – Paraná na opinião do entrevistado “B”-----102

TA BELA DE SIGLAS

CNBB - Conferência Nacional dos Bispos do Brasil.

CPT - Comissão Pastoral da Terra.

DRS - Desenvolvimento Rural Sustentável.

FAO - Food and Agriculture Organization (organização das Nações Unidas para a alimentação e a agricultura).

IBGE - Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística.

MST – Movimento dos trabalhadores Rurais Sem Terra.

PNAD – Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio

VAR – Variedade de Alto Rendimento.

SUMÁRIO

1 INTRODUÇÃO	15
2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA – MST E A QUESTÃO AMBIENTAL	20
2.1 A Construção da Identidade Sócio-ambiental do MST	21
2.2 Comissão Pastoral da Terra: a gênese ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.	32
3 DA REVOLUÇÃO VERDE, TRANSGENIA A SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS DO CAMPONÊS	38
3.1 Sobre o Camponês	41
3.2 Agricultor Familiar	49
3.3 Ontem Revolução Verde, hoje transgênicos	55
3.3.1 Conceito de Transição Agroecológica	60
4 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR E SEUS LIMITANTES	65
4.1 Caracterização do Assentamento Dorcelina Folador	66
4.2 Características da Pesquisa	69
4.3 Sujeitos	72
4.4 Considerações sobre a pesquisa no assentamento	77
4.4.1 A Produção Orgânica do Assentamento	87
CONSIDERAÇÕES FINAIS	105
REFERÊNCIAS	114

ANEXOS 118

Anexo A Roteiro de entrevista com os assentados do assentamento Dorcelina Folador –
Arapongas – Paraná (etapa I 120)

Anexo B Roteiro de entrevista com os assentados do assentamento Dorcelina Folador –
Arapongas – Paraná (etapa II 124)

1 INTRODUÇÃO

É comum encontrar na imprensa brasileira artigos ou reportagens com acusações de agressões ambientais contra o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – em suas ações de ocupação de propriedades pelo Brasil afora.

Tais fatos contrastam com as orientações constantes em documentos produzidos pelo MST, para que os acampados ou assentados cooperem na construção, em suas localidades, de modelos alternativos de produção, priorizando a agroecologia.

Desde o surgimento oficial do MST, em 1984, a sociedade brasileira passou a ser confrontada, cotidianamente, com a realidade que sempre perdurou neste País e que agora salta aos olhos: o Brasil é marcado pela concentração fundiária, responsável por graves injustiças sociais e capaz de levar o desespero à população excluída.

No discurso dos coordenadores do Movimento, prevalece a denúncia de um sistema sócio-político que permite o crescimento constante do exército de brasileiros abandonados à margem do sistema de proteção social, ou do estado de bem-estar social, como o chama a academia (universidades).

Na condução desse processo destrutivo (para a população pobre), segundo a perspectiva do MST, está o capitalismo selvagem e tirano que se instalou em todos os setores da sociedade brasileira, principalmente no campo. Ao revés disso, a burguesia agrária, organizada em entidades que representam os fazendeiros (e muitos políticos também), acusa o MST de promover no país uma verdadeira guerra, invadindo propriedades privadas, desobedecendo as leis e a própria Constituição. É neste contexto que surgem as denúncias de agressões ambientais contra o MST.

Este estudo objetiva analisar as diretrizes gerais do MST quanto à questão ambiental e suas orientações aos acampamentos e assentamentos sob diversas formas. Foram

consultados documentos impressos, artigos on-line, textos de palestras e feitas entrevistas com líderes do Movimento, bem como se tentou “rastrear” teoricamente a construção da identidade ecológica do MST e verificar em que medida o discurso agroecológico do Movimento rebate junto aos assentados.

Assim, a pesquisa versa sobre o “comportamento ecológico” do MST e pretende observar como o discurso do Movimento chega aos assentados e em que medida eles o aplicam.

Consideramos a crítica do Movimento à organização da agricultura moderna, que está concentrada nas mãos da elite rural brasileira e cuja produção se baseia nos recursos tecnológicos oferecidos pelo modelo da chamada Revolução Verde.

Esse modelo, justificado inicialmente pela hipótese de poder “resolver” o problema da fome no mundo, pela sua capacidade de aumentar a produção de produtos agrícolas, faz uso de técnicas que se apresentam agressivas ao solo e ao meio ambiente, como por exemplo o uso intensivo de agrotóxicos.

A Revolução Verde, de fato, estimulou a produção de alimentos, mas – surpresa – não resolveu o problema da fome, porque aqui temos duas situações bem distintas: uma coisa é haver grandes estoques de alimentos, outra é permitir o acesso da população faminta a esses estoques.

A agricultura moderna, formada a partir da Revolução Verde, impõe grandes desgastes ao ecossistema, como facilmente se pode constatar nos dias atuais (desmatamento, rios poluídos, escassez crescente de água potável, efeito estufa, doenças degenerativas, envenenamento de trabalhadores rurais, desequilíbrio emocional devido à ingestão constante de agrotóxicos que atuam diretamente no sistema nervoso central), sem contar os efeitos colaterais sociais já descritos, tudo em nome da maximização dos lucros.

Contrário a esse modelo, o MST defende formas de produção alternativas, que podemos chamá-la de orgânica, incentivando os assentados a promoverem, nos assentamentos a implantação do modelo agroecológico. O nosso pressuposto é de que os assentamentos possuem (em tese) respaldo estrutural e técnico para esse trabalho, fornecido pelas orientações do MST nacional.

Para fazer este estudo, começamos nos cercando de toda a literatura possível a respeito das teses defendidas pelo MST quanto à preservação ambiental e sua proposta alternativa de produção agrícola.

Também fomos buscar nos teóricos da Sociologia Rural e em outros pesquisadores o suporte científico para compreender melhor o fenômeno que nos propomos a estudar. O passo seguinte foi estabelecer contato com o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e verificar a viabilidade de aplicar nossa pesquisa de campo em um de seus assentamentos.

Muitos contatos foram efetivados até podermos entrar no assentamento Dorcelina Folador, no Município de Arapongas, Paraná, um assentamento relativamente novo, ocupado no início de 1999.

A escolha deste assentamento não foi casual. Quando buscávamos contato com as lideranças do MST, um líder local, ao saber de nossa intenção, nos indicou o assentamento Dorcelina Folador por ter surgido com a proposta de ser referência em agroecologia para todo o Brasil. Feitos os contatos com coordenadores do assentamento, pudemos iniciar nossa pesquisa.

Adotamos o procedimento de estudo de caso, por ser do tipo exploratório. Isso nos permitiria agregar à pesquisa o máximo de informações através de fotos, gravações, entrevistas e até observações não verbais dos assentados.

A pesquisa, realizada nos meses de julho e agosto de 2004, foi dividida em duas etapas e em cada etapa foi utilizado um roteiro de entrevista semi-estruturado, com questões tanto quantitativas como qualitativas. No roteiro da primeira etapa, priorizamos dados de perfil, como idade, sexo, grau de escolaridade, estado civil, quantidade de filhos, além de algumas outras informações.

Na segunda etapa a entrevista foi direcionada aos assentados identificados na primeira fase como os que produziam de forma alternativa (orgânica). As questões foram abertas, para que o entrevistado pudesse dar suas informações e opiniões livremente, e o registro foi feito em gravador.

Para preparar este relatório, utilizamos quadros, tabelas, percentuais e informações estatísticas em sua maioria extraída das informações coletadas junto aos assentados. Foram feitas fotos que ilustram o trabalho. As informações qualitativas foram criteriosamente agrupadas e analisadas, algumas contextualizadas onde requeria ilustração interpretativa, especificamente no capítulo 3, no qual se discutem os dados de forma analítica. Outras foram transcritas na forma original (respeitando a expressão verbal do assentado), complementando as interpretações que necessitavam maior elucidação.

Da análise dos dados coletados e das observações de campo localizamos as variáveis limitantes, que serão analisadas nas considerações finais como sendo fatores de influência para a efetivação ou não de uma proposta agroecológica dentro no assentamento Dorcelina Folador.

Esta pesquisa está organizada em três capítulos. No primeiro mostramos de maneira breve a trajetória do MST e a construção permanente de sua identidade ecológica, além de abordarmos a visão do MST para os temas que envolvem a agricultura moderna, como transgênicos, desenvolvimento rural sustentável, entre outros. A intenção no primeiro capítulo é deixar claro que o MST, embora tenha nascido como um movimento social cuja

bandeira de luta é o acesso a terra, no decorrer de sua caminhada foi agregando entre suas reivindicações outros temas, como a questão de gênero, minorias excluídas e, principalmente, a questão ambiental, que tem relação direta com o futuro dos assentamentos e acampamentos.

No segundo capítulo tratamos da questão ambiental de forma mais localizada. A primeira intenção é contextualizar a Revolução Verde como instrumento capitalista de manutenção do modelo de agricultura moderna cujo objetivo é a maximização de lucros, mesmo que para tal seja necessário fazer a exclusão plena do camponês. Desejamos neste capítulo recuperar o conceito de camponês para contextualizar a figura deste, que entendemos ser o agente principal de qualquer proposta de implantação agroecológica. Também fazemos nesse capítulo uma ligação entre a própria implantação da Revolução Verde enquanto salvadora dos famintos e o processo atual de viabilização dos transgênicos. E terminamos valorizando o ambiente do assentado, que é o local onde as transformações se configuram na prática.

No terceiro capítulo tratamos da produção agroecológica do assentamento Dorcelina Folador. Esse capítulo está ancorado basicamente pela pesquisa de campo, os dados são organizados em tabelas e quadros com percentuais que enriquecem a exposição e amparam as argumentações desenvolvidas para explicar as considerações levantadas no decorrer do capítulo. A idéia central do capítulo é estabelecer a ligação entre os dados encontrados e a prática cotidiana do assentamento, tendo como pano de fundo o discurso agroecológico do MST.

O trabalho é completado com as considerações finais, onde retomamos algumas questões levantadas no terceiro capítulo, como a especificação das variáveis limitantes e sua influência na proposta de implantação de um modelo ecologicamente correto para o assentamento Dorcelina Folador.

CAPÍTULO I

2 O MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA (MST) E A QUESTÃO AMBIENTAL

Os modelos desenvolvimentistas da atual sociedade de consumo e muito especialmente, o modelo brasileiro, são modelos absurdos, porque são insustentáveis, isto é, suicidas. Estes modelos repousam no esbanjamento orgânico de recursos limitados e insubstituíveis. Eles significam a destruição sistemática de todos os sistemas de sustentação da vida na terra.¹

Em muitos documentos produzidos pelo MST, ou em diversas entrevistas concedidas à mídia falada ou escrita por suas principais lideranças, se observa a preocupação em deixar claro que a luta do MST não se restringe à questão da posse da terra exclusivamente ou com preocupações sociais já ultrapassadas. A sua luta não é primitiva (Bassani, 2000) pelo contrário é muito atual, então considerar a defesa do ecossistema é o mesmo que defender a vida.

Embora a questão ambiental em alguns momentos tenha sido pretexto para ataques ao MST, percebe-se em todo o seu discurso a preocupação com a preservação ambiental, e com a construção de um projeto de agricultura alternativa que se difere da mesma matriz tecnológica da chamada agricultura moderna.

Em linhas gerais, o MST foi se dando conta de que não existem barreiras entre a luta pela terra e a questão ambiental, não havendo contradição entre elas, e a questão ambiental passa a ser entendida como complementação de um projeto maior que, em última instância, é a luta pela transformação da sociedade

Por conta disso, o MST assume o conceito de preservação não apenas ambiental, mas “sócio-ambiental”, por considerar que na construção permanente de sua

¹ Carta de Curitiba – Primeiro Simpósio Nacional de Ecologia – Setembro de 1978.(DIAS, 2001, p.486).

identidade como movimento social, tem obrigações com o sujeito principal de sua luta, que é o homem, ou seja, a vida, e que a vida está em sintonia com a natureza.

De fato, existem elementos ecológicos presentes na formação da identidade do MST desde o seu surgimento (final da década de 70 e início dos anos 80), que merecem uma análise mais minuciosa. De início, nos parece que a preocupação com a questão sócio-ambiental foi “transferida” pela Comissão Pastoral da Terra (CPT). Depois, o tema ganhou destaque dentro do MST com a soma de outras lutas já encampadas pelo Movimento, além da Reforma Agrária: a questão do gênero, das minorias excluídas, dos transgênicos, entre outras.

2.1 A construção da Identidade Sócio-ambiental do MST.

Nunca se ouviu falar tanto em ecologia ou preservação ambiental como nos dias atuais. Ainda que lentamente, a sociedade moderna e globalizada vem chamando para o cenário público (no sentido de trazer a público) as discussões sobre a questão ambiental e o futuro do planeta.

É bem provável que as discussões sobre o meio ambiente tenham sido impulsionadas pelo fato inegável de sua deterioração como consequência do modo de produção capitalista. As marcas desse processo estão à nossa volta.

A degradação ambiental provocou danos irreparáveis ao planeta e agora estamos colhendo o resultado (efeito estufa, chuva ácida, buraco na camada de ozônio, miséria, fome etc.).

Diversos setores da sociedade, mesmo que de forma conservadora, têm manifestado preocupação com o futuro “alarmante” que ronda o planeta, colocando em risco a sobrevivência da espécie humana, da fauna e da flora.

A questão ambiental tomou espaço na agenda de muitos segmentos da sociedade e está presente também nas ações dos movimentos sociais, que em muitos casos possuem outras bandeiras de luta, mas compreenderam que o problema ambiental excede uma luta isolada ou uma causa específica.

O Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST) é um bom exemplo dessa situação. Tendo como bandeira política a luta pela terra, o MST traz no seu discurso alternativas de articulação para a produção agrícola ecológica, ao mesmo tempo em que luta também pela preservação de determinado modo de vida:

Entre as populações rurais, quando a luta pela sobrevivência expressa numa luta contra a expropriação de seu habitat, de sua terra e de seus outros meios de produção e contra à ameaça de sua identidade cultural e comunitária vem acompanhada da necessidade de preservação de seu meio ambiente, coloca-se possibilidade de ecologização de seus movimentos. (SCHERER – WARREN; KRISCHKE, 1987, p. 26).

Acrescenta ainda:

Contudo, além do significado econômico da terra e dos outros meios de produção, enquanto condição material da sobrevivência, há um conjunto de significados simbólicos, atribuídos aos seus modos de vida, que devem ser resgatados para que se possa compreender a articulação entre a luta pela sobrevivência e a luta pela preservação da natureza. (SCHERER – WARREN; KRISCHKE, 1987, p. 27).

O debate sobre a questão ambiental no MST aparece em muitos momentos de sua trajetória, no Plano Nacional² de 1989 propõe, de forma clara, o seguinte:

Desenvolver um trabalho de educação entre as famílias assentadas, principalmente jovens e crianças, sobre a importância da preservação dos recursos naturais (fauna, flora, solo e água). (PLANO NACIONAL, 1989, p. 26)

² O Plano Nacional foi elaborado pelo MST como sendo uma forma estratégica de articulação entre as lideranças do Movimento e todos os seus integrantes. Foram metas traçadas em 1989 para serem desenvolvidas ao mesmo tempo em que serviriam como orientações na conduta das ações do Movimento em todo o Brasil.

Nilciney Toná, liderança expressiva do MST no Paraná, afirma:

O debate sobre o meio ambiente não é novo no MST. Desde a sua origem, no final dos anos 70 e início dos anos 80, o movimento vem se preocupando com a preservação e conservação ambiental, até porque a luta deste movimento social é fundamentalmente pela preservação da natureza e da vida. A luta do MST é a luta pela vida. (TONÁ, 2003).

Esta preocupação também fica explícita na posição de Bogo:

Devemos prestar atenção nos seres humanos, mas também no meio em que estes vivem, procurando transformar ambos ao mesmo tempo(...) nossa preocupação deve estar relacionada com a mudança da aparência do latifúndio (...) preservar o meio ambiente, recuperar as nascentes dos rios, reflorestar as áreas devastadas, evitar as queimadas, recolher o lixo, evitar o uso de venenos e adubos químicos, produzir frutas e flores de todas as espécies e preservar as aves e animas silvestres. (BOGO, 2001, p. 78)

Na interpretação do MST, as áreas conquistadas e transformadas em assentamentos devem ser organizadas de forma que garanta o equilíbrio entre os assentados e o meio ambiente. Existe a compreensão de que é preciso buscar o desenvolvimento rural, que pode ser visto como um processo de melhoria permanente das condições de vida, mas este desenvolvimento precisa ser sustentável.

Entende-se por sustentabilidade:

A satisfação das necessidades básicas da população (educação, alimentação, saúde, lazer etc); a solidariedade para com as gerações futuras (preservar o ambiente de modo que elas tenham chance de viver); a participação da população envolvida (todos devem se conscientizar da necessidade de conservar o ambiente e fazer cada um a parte que lhe cabe para tal); a elaboração de um sistema social garantindo emprego, segurança social e respeito a outras culturas (erradicação da miséria, do preconceito e do massacre de populações oprimidas, como por exemplo os índios); a efetivação dos programas educativos. (CAVALCANTI, 1995. p. 429).

Nota-se que o conceito acima apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Abrange uma preocupação com a vida humana, o presente e o futuro das pessoas, como se produzem e se consomem os bens e serviços. Importa-se com as necessidades de subsistência com os recursos que a natureza nos oferece e como o homem estabelece o equilíbrio ecossistêmico.³

Para Bogo, líder do MST, deve existir harmonia entre a natureza (meio ambiente) e o cotidiano do assentado:

Nosso relacionamento com o meio ambiente deve ter uma concepção sócio-ambiental, sendo o ser humano o centro da natureza e o principal elemento para a sua preservação e uso. Devemos evitar práticas predatórias dos recursos naturais (terra, água, fauna e flora) e utilizar técnicas de conservação. Combater o uso de agrotóxicos que atentam contra a vida humana e os bens da natureza, desenvolvendo e aplicando métodos alternativos de produção e de controle de insetos e ervas daninhas. (BOGO, 2001, p. 85)

Parece-nos, pois, que o MST incorpora ao seu discurso a necessidade de direcionar os assentamentos para uma prática ecologicamente correta na forma de produzir, com respeito a natureza.

Nessa visão, a agroecologia concilia “produção, qualidade, conservação e recuperação dos recursos naturais”. Considerando que:

Agroecologia representa um conjunto de técnicas e conceitos que surgiu em meados dos anos 90, na produção de alimentos mais saudáveis e naturais. Tem como princípio básico o uso racional dos recursos. (AGROECOLOGIA, 2003 a).

³ Entende-se por equilíbrio ecossistêmico o estado do ecossistema em que a inter-relação entre diversos organismos, assim como entre eles e o meio ambiente, é harmoniosa, e existe um convívio equilibrado entre o ambiente natural e o homem.

Consideramos ainda:

O conceito de agroecologia quer sistematizar todos os esforços em produzir um modelo tecnológico abrangente, que seja socialmente justo, economicamente viável e ecologicamente sustentável; um modelo que seja o embrião de um novo jeito de relacionamento com a natureza, onde se protege a vida toda e toda a vida, estabelecendo uma ética ecológica que implica no abandono de uma moral utilitarista e individualista e que postula a aceitação do princípio do destino universal dos bens da criação e a promoção da justiça e da solidariedade como valores indispensáveis. A rigor, pode-se dizer que agroecologia é a base científico-tecnológica para uma agricultura sustentável. (AGROECOLOGIA, 2003 b) .

Nota-se que o conceito acima apresenta dimensões ambientais, econômicas, sociais, políticas e culturais. Abrange essencialmente uma preocupação com a vida humana, o presente e o futuro das pessoas, como se produzem e se consomem os bens e serviços. Em suma, considera ainda que o centro das discussões é o respeito a vida, reduzindo a pobreza, satisfazendo as necessidades básicas para a manutenção da vida, colocando em pauta que a idéia de participação política seja acessível a toda a sociedade.

Considerando ainda o desenvolvimento rural, Stedile acrescenta:

Para alcançar o desenvolvimento rural integral, devemos desenvolver os fundamentos do processo econômico e social através da eliminação da exploração dos trabalhadores e da utilização racional, com sustentabilidade, dos recursos naturais disponíveis nas áreas de reforma agrária, estimulando a prática da cooperação nas suas mais diferentes formas. (STÉDILE, 1999, p. 36)

A presença destes conceitos na caminhada do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra indica a preocupação do Movimento com a formação de seu perfil ecológico, o que nos sugere a construção e reconstrução permanente de uma identidade ecológica.

Parece claro que o discurso agroecológico do MST, em direção a uma agricultura ecológica (alternativa), é anterior a criação oficial do MST em 1984:

Talvez o primeiro documento no Brasil sobre o assunto tenha surgido durante o Primeiro Encontro Brasileiro de Agricultura Alternativa, realizado em Curitiba, entre 20 e 24 de abril de 1981. Nele, a agricultura alternativa é definida como um conjunto de técnicas capazes de: gerar alimentos de alta qualidade biológica, respeitando a Natureza, trabalhando com ela e não contra ela, por meio de um ciclo autárquico de produção, quer em nível de propriedade, quer de país, num balanço energético equilibrado; manter a fertilidade do solo com a generalização da policultura e da integração de lavoura e criação, realizando, assim, o controle da erosão e a preservação da água potável, uso judicioso de fertilizantes e sem o emprego de agrotóxicos poluidores dos alimentos e do ambiente; criar soluções adequadas com vistas a atingir as causas e não os sistemas, colocar como objetivo social maior a valorização do homem e de seu trabalho. (BONILLA, 1992, p. 24)

Já em dezembro de 1984 (ano da criação oficial do MST como movimento nacional), no Seminário de Pesquisa em Agricultura Alternativa, realizado em Londrina (PR), definiu-se a agricultura alternativa (ecológica) como:

O conjunto de técnicas, processos e sistemas que busquem mobilizar harmonicamente todos os recursos disponíveis na unidade de produção e que reciclem os nutrientes e maximizem o uso de insumos orgânicos nela gerados, que reduzam o impacto ambiental e a poluição, que controlem a erosão, que usem máquinas que humanizem o trabalho e sejam compatíveis com a realidade onde vão operar [...] que minimizem a dependência externa da tecnologia e matérias-primas, que busquem a otimização do balanço energético da produção e que produzam alimentos baratos e de qualidade biológica em escala para suprir as necessidades internas e gerar excedentes exportáveis. (BONILLA, 1992, p. 24).

O MST passou a incorporar o discurso agroecológico, por este se mostrar como modelo alternativo que respeita o meio ambiente não tendo lucro como o principal objetivo, sem desconsiderar a capacidade de inovação e progresso que deve permear os seu assentamentos rurais.

Assim sendo, torna-se necessário abordarmos um pouco mais a questão da identidade e em que medida ela aparece no processo permanente de construção ecológica do MST.

As posições consideradas aqui, até agora, quanto a agroecologia (agricultura alternativa ou ecológica) e sustentabilidade que permeiam o discurso do MST nos

mostram que não existe uma dissociação entre a questão ambiental e a luta política do Movimento pela reforma agrária, a qual é construída e reconstruída cotidianamente.

São experiências diárias de enfrentamento político (resistência) contra o sistema neoliberal que geram especificidades nas ações, inclusive na proposta de agricultura ecológica que o MST apresenta para a sociedade; pois nos parece que o MST tem claro o seu papel social, bem como a sua contribuição para a preservação do ambiente na busca da sustentabilidade.

Desde que haja a contemplação do direito à vida, e a partir do individual para o coletivo se construa um perfil de cidadão “ecologicamente” consciente e portador de direitos e que isso possa ser exercido plenamente na sociedade. O conceito de ecocidadania parece satisfazer essa afirmação:

Ecocidadania é um conceito consensualmente utilizado para expressar a inserção de uma nova ética – a ecológica – e seus desdobramentos na vida diária, em um contexto que, de modo crescente, possibilita a tomada de consciência individual e coletiva das responsabilidades, tanto locais e comunitárias quanto globais. (LOUREIRO, 2002, p. 29)

A inserção consciente dessa nova ética (a ecológica) permite ações que esboçam a possível sustentabilidade, ao passo em que aponta os indicadores que levam à construção permanente de uma identidade ecológica:

A cidadania ecológica e globalizada implica, por isso, a clara noção de direitos, deveres e responsabilidades cívicas (participação qualitativa na definição desses direitos e deveres) na busca de uma sociedade sustentável, o que envolve o plano ideocultural e o político-econômico, em síntese, a cidadania plena e a ecocidadania ou, melhor dizendo, uma ecocidadania plena e de fato. (CARVALHO, 2002, p.36).

É a partir de um determinado “significado” que um povo constrói a sua identidade, logo a experiência de uma nova ética ecológica (agricultura ecológica) é que lança o MST à construção permanente de sua identidade ecológica.

Tomamos a explicação de significado como sendo:

[...] a identificação simbólica, por parte de um ator social, da finalidade da ação praticada por tal ator [...] o significado organiza-se em torno de uma identidade primária (uma identidade que estrutura as demais) auto-sustentável ao longo do tempo e do espaço. (CASTELLS, 1999, p. 23).

Os atos (ação) praticados por parte de um ator social produz efeitos considerando que existe uma finalidade para aquela determinada ação; logo, os significados são uma forma clara de materializar a luta deste ator social por aquilo em que ele acredita ou defende.

No que diz respeito ao conceito de identidade, Guatarri e Rolnik (1993, p.68-9) afirmam: [...] Em outras palavras, a identidade é aquilo que faz passar a singularidade de diferentes maneiras de existir por um só e mesmo quadro de referência identificável.

Na prática, a identidade requer reconhecimento do singular. Logo, eu sou identificável socialmente como único, embora o próprio Guatarri e Rolnik tenham dito que identidade e singularidade são processos completamente diferentes: um identifica (sou fulano de tal), o outro tem a ver com meus sentimentos de ser, de viver, de sentir ou ainda: [...] Tem a ver sim com a maneira como, em princípio todos os elementos que constituem o ego funcionam e se articulam; ou seja, a maneira como a gente sente, como a gente respira, como a gente tem ou não vontade de falar, de estar aqui ou de ir embora (GUATARRI; ROLNIK, 1993, p. 69).

Quanto aos atores sociais, Castells considera que:

No que diz respeito a atores sociais, entender por identidade o processo de construção de significado com base em um atributo cultural, ou ainda um conjunto de atributos culturais inter-relacionados [...] A construção de identidade vale-se da matéria-prima fornecida pela história, geografia, biologia, instituições produtivas e reprodutivas, pela memória coletiva e por fantasias pessoais, pelos aparatos de poder e reclamações de cunho religioso. (CASTELLS, 1999, p.22 e 3).

Guatarri e Rolnik (1993, p.73) assim consideram a identidade coletiva:

A identidade cultural coletiva, a meu ver, um nível de subjetivado, o nível de territorialização subjetiva. Ela é um meio de auto-identificação num determinado grupo que conjuga os seus modos de subjetivação nas relações de segmentaridade social.

Isso, para Guatarri e Rolnik (1993) se põe na medida em que consideram que os sentimentos, pensamentos, falas e ações podem até se modificar com o avançar do tempo, mas não se desintegram, resistem, seu núcleo permanece e podem ser resgatados mesmo que em um processo de transformação. O idêntico ali permanece, possibilitando inclusive a resistência:

Expressando, cruzando, confrontando e entrelaçando sonhos, emoções, mágoas, desejos, todos tecem a identidade. Reconstroem a confiança, a esperança desacreditada pelo conjunto de experiências opressivas e dominadoras. Na vida cotidiana, aperfeiçoam sua capacidade de modelar projetos sociais que inflam os desejos e as vontades individuais. (BASSANI, 1999, p. 145-146)

Essa resistência é que se observa nos assentamentos onde o cotidiano se multiplica em várias facetas diluídas nas experiências. O próprio MST possui essa característica de resistir, de se auto-elaborar e reelaborar sempre, se posicionando com dinâmicas de sobrevivência e adotando estratégias capazes de avançar cotidianamente diante da sociedade e do poder público que o condena.

Para Castells (1999), a construção da identidade sempre ocorre em um contexto marcado por relações de poder. O autor estabelece três formas e origens de construção de identidade, chamando-as de identidade legitimadora, de resistência e de projeto.

A identidade legitimadora é introduzida pelas instituições dominantes, que funcionam como aparelhos controladores da sociedade.

Já a identidade de resistência se define como sendo:

Criada por atores que se encontram em posições/condições desvalorizadas e/ou estigmatizadas pela lógica da dominação, construindo assim trincheiras de resistência e sobrevivência com base em princípios diferentes dos que permeiam as instituições da sociedade, ou mesmo opostos a estes últimos. (CASTELLS, 1999, p. 24)

Atores sociais que são marginalizados do processo social encontram a resistência como forma de manutenção da própria identidade.

Por fim, existe a identidade de projeto, na qual os atores sociais se valem de algum tipo de material cultural e constroem uma nova identidade que lhes permita uma redefinição de sua posição na sociedade, visando à transformação de toda a estrutura social.

Seguindo o raciocínio de Castells, o MST se enquadraria na identidade de resistência, que poderia remeter a uma identidade de projeto. Mas cabe aqui, mesmo rapidamente, retomar a questão dos “significados”, pois os símbolos são muito fortes.

A luta política do MST é pela terra. Caberia perguntar, então, qual é o significado desta terra para os integrantes do Movimento? Boff (1999), poeticamente responde:

[...]pertencemos à Terra; somos filhos e filhas da Terra. Daí que homem vem de húmus. Viemos da Terra e a ela voltaremos. A Terra não está à nossa frente como algo distinto de nós mesmos. Temos a Terra dentro de nós. Somos a própria Terra que na sua evolução chegou ao estágio de sentimento, de compreensão, de vontade, de responsabilidade e de veneração. Numa palavra: Somos a Terra no seu momento de auto-realização e de autoconsciência. (BOFF, 1999, p. 72).

Toda a mística que cerca a terra tem sua explicação no caráter significativo que ela tem para o homem que dela sobrevive.

Para o assentado rural, a terra possui um valor único (significado único), por isso lutar por terra é lutar pela vida. Sendo assim, é preciso preservá-la e não explorá-la mercadologicamente. “[...] Terra de trabalho apresenta, contraditoriamente, outro significado, sendo terra possuída por quem nela trabalha e não a terra utilizada para explorar e especular.” (BASSANI, 1999, p.129).

A distinção entre “terra de trabalho” e “terra de negócio” funcionou como um divisor entre os que precisam da terra para subsistência e aqueles que a utilizam como valor mercadológico, visando o lucro financeiro e não se importando que a forma de produzir cause degradação ambiental.

Sendo a terra vista como única pelo assentado rural, ele passa a ser cúmplice da “mãe terra” e sabe que a não preservação da terra irá acarretar um desgaste que se refletirá na sua própria sobrevivência.

A concepção de natureza para o campesinato assentado é essencial para a preservação da vida. Se ele extrair da “mãe terra” sem cuidar, estará comprometendo o seu futuro. Perceber essa visão nas atitudes do assentado em favor de uma produção ecologicamente correta, visando o uso adequado do solo e buscando a sustentabilidade, nos remete aos indicativos desta construção permanente da identidade ecológica, presente nas ações dos assentados, que se sentem “terra”:

Sentir que somos terra nos faz ter os pés no chão. Faz-nos desenvolver nova sensibilidade para com a terra, seu frio e calor, sua força, às vezes ameaçadora, às vezes encantadora. [...]. Sentir a terra é sentir seus nichos ecológicos, captar o espírito de cada lugar, inserir-se num determinado local, onde se habita. (BOFF, 1999, p.76 e 7).

Essa concepção de preservação da terra no assentamento vale também para o ecossistema como um todo (e para toda a comunidade local) como sugere Boff:

O que vale para o indivíduo vale também para a comunidade local. Ela deve fazer o mesmo percurso de inserção no ecossistema local e cuidar do meio ambiente; utilizar seus recursos de forma frugal, minimizar desgastes, reciclar materiais; conservar a biodiversidade. (BOFF, 1999, p.136).

O assentado rural tem marcado em suas emoções o valor da terra, que difere do valor capitalista. A terra para ele é a presença de seus antepassados e o futuro de sua geração e o MST soube como nenhum outro movimento social rural captar essa “simbiose” entre o campesino assentado e a terra, incorporou isso em sua bandeira de luta e agregou indicadores para a construção cotidiana de sua identidade:

Isto porque terra é lugar... é um espaço de vida que produz a vida. O homem vem da terra e dela vive, é o corpo enraizado na terra. Pensar na terra leva o pensamento a pensar na vida em abundância, lugar onde se realizam desejos. Lugar onde se completa a vida em família, em comunidade. (BASSANI, 1999, p.126).

Nessa ordem a terra é o espaço, o lugar onde a vida se realiza na sua plenitude, ficar sem terra é perder a possibilidade do lugar, do estar em algum lugar, é ficar sem “raiz”. Lutar e resistir por esta terra é garantir a sua identidade humana e continuar com o sentimento de “pertença” a algum espaço, ao seu espaço, ao seu lugar.

2.2 Comissão Pastoral da Terra: a gênese ecológica do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra

A Comissão Pastoral da Terra (CPT) surge em 1975, em meio a grandes conflitos no campo. Nasceu nas igrejas da Amazônia e do Centro-Oeste do Brasil, com o discurso embasado na própria teologia bíblica cuja essência é a fraternidade entre as pessoas. Surge exatamente no momento em que o acirramento nas disputas agrárias já estava fora de controle.

Primeiro, é preciso compreender que o surgimento da CPT foi fruto de um processo árduo para a própria Igreja. O momento era de ditadura militar e a alta hierarquia da Igreja Católica no Brasil estava atrelada ao Estado (militares), parecia quase que impossível a sua implantação. A ala progressista da Igreja Católica, baseada na Teologia da Libertação (4), consegue criar uma pastoral para tornar-se um instrumento de luta, articulação e ação a favor dos excluídos da terra.

A posição da Igreja Católica a favor dos que explorados, excluídos e injustiçados na questão da terra aparece claramente no surgimento da CPT: “Podemos afirmar que a criação da CPT é consequência do que se convencionou chamar de ‘o novo modo de ser igreja’ e não do mandato da hierarquia, como a Ação Católica, por exemplo. Situa-se no modelo de ‘Igreja de Libertação’⁴. (CASTRO, 2003)

Em meio a tantos sofrimentos e perseguições contra as classes populares da Prelazia de São Félix do Araguaia, a Igreja precisava se manifestar, enfrentando inclusive o Estado militar, ao qual sabidamente os setores conservadores da Igreja eram atrelados. “A posição da Igreja Católica torna-se explícita e militante. A reforma agrária passa a estar na ordem do dia. (CASTRO, 2003).

A Igreja Católica não podia mais continuar calada, ao menos na voz dos bispos progressistas. Então, em 1975, com uma carta de apoio de Dom Aloísio Lorscheider (então presidente da CNBB), surge a Comissão Pastoral da Terra, que antes chamava-se Comissão de Terras, para ser um instrumento ágil de atuação ao lado dos camponeses:

⁴ A ala progressista da Igreja Católica, embasada na Teologia da Libertação, proporciona não só ao meio rural o surgimento de novas pastorais de ação social e política; também no meio urbano veremos o surgimento da Pastoral Operária com intuito o de atender as demandas urbanas; surge também a Pastoral da Juventude que busca agregar os jovens da periferia

[...] o trabalho a ser realizado pela comissão tinha seus objetivos políticos bem claros, basicamente os mesmos de vários outros organismos. A CPT deveria, porém, diferenciar-se desses organismos: a principal motivação estava na fé cristã, trazendo como conseqüência última a Evangelização. Não era, portanto, sindicato ou partido político. A comissão, antes de política, tomava agora uma conotação mais religiosa. (CASTRO, 2003).

Na verdade, a criação da Comissão Pastoral da Terra correspondeu à necessidade de se dar uma resposta cristã e solidária às vítimas dos conflitos agrários. A idéia não era criar um novo movimento de igreja, mas vincular de forma estratégica e acertada a missão da Igreja Católica com a causa dos oprimidos, seguindo a instrução pastoral e missionária delegada aos homens pelo próprio Deus, para que agissem em favor dos oprimidos: “Propagar e defender o direito de acesso à terra para os que trabalham e vivem nela, além de estar cumprindo as escrituras, restabelece uma harmonia entre o homem e a terra. (BASSANI, 1999 p. 126)”.

A CPT tem responsabilidade direta no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que usufruiu muito da organização pastoral da CPT e, no início, tomou para si muito do seu discurso religioso de libertação plena do homem.

Convém destacar que, antes da criação da CPT, os agentes pastorais envolvidos na ação missionária na Prelazia de São Félix do Araguaia (os quais viriam a ser os primeiros expoentes da CPT quando de sua criação, em 1975) já tinham uma preocupação não só com a questão agrária, mas também com a preservação do meio ambiente.

Por ser uma pastoral vinculada a Igreja Católica a CPT tem limites de ação, pois está sob a tutela da igreja, logo a dificuldade em manter-se como mediadora principal dos sem terra exigirá que se estabeleça um processo de transição que resultará no surgimento do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Podemos perceber isso nas palavras de Strapazzon (1997, p.62):

O discurso político-religioso, contraditoriamente, por um lado dava relativamente pouco espaço para alianças com outros setores sociais, necessárias quando das ocupações, pois trabalhava com a díade amigos/inimigos [...]. Paralelamente, demonstrou os problemas na hierarquia da Igreja e em sua base religiosa, uma vez que o posicionamento da Igreja começava a enfrentar resistências em certos setores da população, que considerava que a Igreja não deveria envolver-se em assuntos políticos.

Acrescente-se que a CPT havia avançado enquanto pastoral de igreja nas questões sociais, mas por ser apêndice de toda uma estrutura conservadora, mantivera-se com seu discurso moral muito presente, o que restringia ainda mais sua capacidade de aceitação:

Outra questão que também deslegitima o discurso eram alguns valores implícitos no religioso, os quais muitas vezes não se coadunavam com o pensamento cotidiano do agricultor, relacionando principalmente as questões morais particulares. (STRAPAZZON, 1997, p.64)

Houve ainda um deslocamento no próprio discurso da CPT, direcionado para um outro discurso que se valia da análise sociológica marxista, discurso este que se distanciava dos referenciais religiosos.

Nesta breve análise vêem-se as fissuras entre o discurso da CPT e a necessidade urgente de uma postura que atendesse aos anseios dos agricultores naquele momento. Estes optaram por deslocar o mediador privilegiado (CPT) para o segundo plano, assumindo claramente o processo de transição para uma autonomia que, como já vimos aqui, resultaria na criação do MST.

Já caminhando com autonomia, o MST traz para seu interior pontos de discussão anteriormente encontrados no discurso de seu antigo mediador, entre os quais a preocupação com a preservação do meio ambiente e a busca por um modelo de produção alternativo para seus assentamentos.

Essa postura nos parece adequada quando se entende a “terra como trabalho”, ao observar os princípios ecológicos da CPT mais tarde incorporados pelo MST na busca por um modelo de agricultura alternativa. Tomamos como exemplo a trajetória histórica

do Movimento relembrando um dos lemas do MST - “Terra para quem nela trabalha” (1979 a 1984). Nesse período, a simbologia cristã aparecia de forma hegemônica no Movimento.

Scherer-Warren e Ferreira (2002, p.248), ao escrever sobre o caso emblemático do MST, diz:

O MST constrói sua meta-ideologia a partir da influência de três principais correntes do pensamento: a simbologia cristã, a teoria marxista-leninista (vide STRAPAZZON, 1998) e o “ideário democrático” do novo movimento cidadão globalizado (cf .Roosiaud; Scherer- Warren, 2000) As tendências, em algumas circunstâncias, se complementam no sentido de fortalecer o movimento, outras vezes produzem contradições e conflitos no interior da organização.

Na primeira fase do MST (1979 a 1984), a simbologia cristã aparecia mais explicitamente, considerando os assentados e acampados como símbolos do povo que bíblicamente saía do Egito para a terra prometida:

Na simbologia Cristã, a idéia de coletivo refere-se ao “povo de Deus”, que no movimento foi traduzido como as bases da organização, constituída especialmente pelos acampados e assentados. A idéia de povo também refere-se a uma opção preferencial pelos pobres e oprimidos, seguindo a Teologia da Libertação. (SCHERER-WARREN; FERREIRA, 2002. p. 249).

Ao levar para seu interior os princípios teológicos que justificam a luta pela terra, o MST incorporou também o discurso agroecológico da CPT e assumiu a mesma preocupação com o meio ambiente, se solidarizando inclusive com as causas dos movimentos sociais ambientais.

Este capítulo tratou da relação entre o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra e a Questão Ambiental. Mostramos em que medida o MST assumiu a idéia de preservação ambiental e principalmente da preservação das áreas ocupadas transformadas em assentamentos.

É natural que o MST seja a favor de uma forma alternativa de produção (agroecológica). A defesa do meio ambiente ganhou força dentro do Movimento a partir de sua própria origem, vinculada à Comissão Pastoral da Terra (CPT), que sempre defendeu o desenvolvimento rural sustentável.

A preocupação com a preservação ambiental não aparece apenas como um ponto na pauta de reivindicação do MST, mas constitui um dos elementos construídos e reconstruídos na identidade do próprio Movimento. No capítulo seguinte, pretende-se discutir o modelo de produção agrícola a partir da Revolução Verde, refletiremos também sobre a temática dos transgênicos, existindo a intenção de clarear como o discurso da transgenia atinge os camponeses assentados a partir das lutas do MST.

CAPÍTULO II

3 DA REVOLUÇÃO VERDE, TRANSGENIA A SUSTENTABILIDADE: DESAFIOS DO CAMPONÊS

“A lista de promessas que a modernidade fez e não cumpriu é imensa. Se tentássemos fazer um inventário das mesmas, na cabeça da lista figuraria com toda probabilidade o compromisso fãustico de domínio completo da natureza “ (HELLER, 1995, p.252)

Desde a década de 40, a agricultura brasileira têm se modificado muito em tecnologia, com o uso intenso de insumos industriais com a finalidade de ampliar a produção.

Esse fato na verdade se constitui num paradoxo quando constatamos que a produção de alimentos aumentou nas últimas décadas, enquanto se verifica que o número de pessoas que vivem na miséria absoluta, sofrendo de fome crônica⁵, atingiu percentuais inaceitáveis para uma humanidade que se considera racional e solidária.

Segundo dados da FAO⁶, cerca de 842 milhões de pessoas no mundo são famintas, das quais 798 milhões se encontram nos países pobres e em desenvolvimento, especialmente na Ásia e África:

Todavia, o máximo da penúria alimentar encontra-se nos quarenta e dois países menos avançados (PMA), vinte e oito dos quais na África [...] nos países em desenvolvimento, muitas vezes as populações que vivem de uma agricultura de subsistência de muito fraco rendimento, passam fome no intervalo de duas colheitas. (PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”, 2003, p. 18).

No Brasil, segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE), cerca de 47,4 milhões de brasileiros estão abaixo da linha de pobreza, se compararmos com o

⁵ Entende-se por fome crônica, aquela permanece, quando a alimentação diária, habitual, não propicia ao indivíduo energia suficiente para a manutenção do seu organismo

ano de 2002 onde a cifra era de 45 milhões de brasileiros na miséria, houve então um aumento de 2,4 milhões de famintos.

Segundo Leal, baseada nos cálculos do economista Marcelo Néri, do Centro de Políticas Sociais da Fundação Getúlio Vargas, com base na Pesquisa Nacional por Amostra de Domicílio (PNAD), publicado na Folha de Londrina afirma que:

O estudo mostra que a miséria cresceu nas regiões metropolitanas e caiu na área rural . no “Brasil Metropolitano” , a proporção subiu de 16,6% para 19,14%. Na área urbana, que inclui as cidades médias, além das metrópoles, o aumento foi menos intenso, de 24,3% para 24,99%. Na área rural, houve queda, mas a miséria ainda atinge mais da metade da população. A redução foi de 51,4% a 51% (LEAL, 2004, p. 10 Geral).

O ponto a ressaltar é que o modelo de produção adotado na agricultura brasileira desde a Revolução Verde deveria levar ao propalado ideal de aumentar a produção de alimentos e resolver problema da fome, a produção aumentou embora a fome continue.

A reflexão aqui levantada é quanto ao esgotamento do modelo de Revolução Verde ou agricultura moderna, cuja prioridade é a maximização do lucro. Trata-se, portanto, de uma prática essencialmente capitalista, que tem no lucro o objetivo central:

Mas, implicitamente, seu objetivo real (da agricultura moderna) é a maximização dos lucros, procurando ganhar dinheiro o mais rápido possível, sem se preocupar muito com os efeitos da tecnologia empregada sobre o meio ambiente circundante. (BONILLA, 1992. p. 61).

Podemos considerar como agricultura moderna aquela que está estruturada na mecanização intensa, reduzindo a mão-de-obra, priorizando a monocultura, concentrando o capital e recursos físicos, além do uso intensivo de produtos químicos (fertilizantes sintéticos, herbicidas, inseticidas, fungicidas etc.).

Esse modelo agrário, também pode ser responsabilizado pela crise que se arrasta em torno da Reforma Agrária. Além de favorecer a concentração de terras, não

⁶ FAO – Food and Agriculture Organization – Organizações das Nações Unidas para a Alimentação e a Agricultura.

permite o plantio de produtos que não são rentáveis para a indústria urbana. De nada adiantam os grandes estoques de alimentos se a população não tem condições de adquiri-los; o acesso aos alimentos passa pelo crivo do capital.

Para Graziano (1982, p.30)

No caso brasileiro fica mais ou menos claro que as políticas de estímulo à modernização não atingiram as pequenas unidades agrícolas, especialmente as que se dedicam à produção de gêneros alimentícios de primeira necessidade. Dada a persistência de um padrão de distribuição da renda altamente concentrada no setor urbano, a maior parte da população desse setor se caracteriza por possuir baixo poder aquisitivo.

Afirma o documento de número 152 do PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM” (2003, p. 37) que trata da fome no mundo:

De 1950 a 1980, a produção total de gêneros alimentícios duplicou e no mundo inteiro existem alimentos para todos. O fato de a miséria persistir a despeito disto demonstra a natureza estrutural da questão: o principal problema refere-se às condições de acesso a tais alimentos, as quais não são equitativas. É injusto medir o consumo alimentar real das famílias somente com o parâmetro estatístico da disponibilidade de cereais por habitante. A fome não é uma questão de disponibilidade, mas de solvibilidade; trata-se de um problema de miséria..

Não é incomum nos depararmos com argumentações que dão conta de que a liberação ampla dos alimentos geneticamente modificados (transgênicos) favoreceria um aumento da produção e acabaria com o fantasma da fome.

O que causa perplexidade não é apenas a semelhança desse discurso com o da Revolução Verde, mas é encontrar no epicentro da discussão sobre os transgênicos as grandes empresas multinacionais de defensivos agrícolas, proprietárias dos insumos químicos e tecnológicos para a agricultura.

Num paralelo mais ousado, poderíamos dizer que a Revolução Verde de ontem é o transgênico de hoje. Em meio a esta enorme discussão está a figura do camponês.

Cabe aqui perguntar: qual camponês, o mesmo da década de 40 e 50? É preciso tentar conhecer um pouco melhor esse ator social.

Nessa busca vale a pena fazer uma “escavação teórica” sobre o camponês, que podemos entendê-lo como sendo: o pequeno agricultor, o pequeno produtor rural, o assentado rural ou ainda o agricultor familiar; a partir daí entenderemos melhor o papel social que o camponês atual ocupa nessa sociedade tão moderna e excludente.

3.1- Sobre o Camponês

A questão camponesa ainda não foi plenamente resolvida, não apenas no que diz respeito à propriedade da terra (acesso), mas nos parece que a própria ciência social brasileira não delimita um conceito explícito sobre o camponês, provavelmente por ser este um assunto ainda em pleno debate.

Não se tem aqui a menor pretensão de conceituar o “ser” camponês, até para não incorrer em contradição com as várias linhas que buscam delimitar o termo camponês e explicar sua relação com o capital.

Nossa intenção é fazer algumas ponderações que possam nos auxiliar a entender o personagem que está no centro do nosso estudo. Como o camponês lida com o ideário de agricultura sustentável? E em que medida o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST – instrumentaliza o agricultor para obter uma produção alternativa no assentamento?

O que se busca é conhecer algumas características deste camponês, para então tentar compreender as suas ações positivas ou não em prol de um novo modelo de produção agrícola, como sugere ou, devo dizer, orienta o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra.

Na década de 60, a discussão que permeava a questão agrária considerava o camponês de forma indireta, sua figura estava dissolvida no debate mais amplo sobre o caráter da sociedade brasileira.

Para Sodré (1967), o camponês surge como uma transposição teórica do camponês feudal da Idade Média, aqueles que estão separados das relações capitalistas de produção, sendo explorados e oprimidos pelo latifúndio.

O vasto mundo da servidão no campo é um espetáculo dos nossos dias, no Brasil. Tem suas raízes ancoradas longe, no tempo, começou com a própria colonização. Não surgiu de um processo semelhante ao que ocorreu na Europa, quando, passando pelo colonato, emergiu das ruínas do escravismo romano, fundindo a deteriorização deste com a decomposição gentílica dos bárbaros. Teve outras origens aqui; ou apareceu desde o primeiro momento, ou decorreu da estagnação da produção escravista. De uma ou de outra forma ampliou sua dominação e chegou até nossos dias, entretendo o processo ascensional do capitalismo em nosso país. (SODRÉ, 1967, p. 35)

Nesta linha de raciocínio, o camponês surge a partir das relações de produção, que são anteriores e exteriores ao modo de produção capitalista.

Genro Filho tem um pensamento diferente. Ele afirma:

O camponês, nesse sentido, muito menos é uma sobrevivência feudal ou semi-feudal que inexoravelmente e em breve, será varrido pela lógica do capital. Os camponeses, e isso se pode dizer, são homens, mulheres, crianças e velhos que trabalham a terra com uma divisão familiar de trabalho, na sua maioria violentamente explorados em países como o nosso. E através de várias estratégias reproduzem suas condições de existência, em que pesem suas relações com a sociedade capitalista envolvente. São, de fato, trabalhadores para o capital. (GENRO FILHO, 1984, p.12)

Outra proposição teórica a ser considerada é dada por Carvalho:

[...] é camponês [...] todo o indivíduo que cultiva a terra com a mão-de-obra familiar e tendo em vista primeiramente a sua subsistência e não buscando lucro; coexistente todavia, com uma economia diferente da sua, entretendo com ela relações de complementaridade, uma economia urbana, a qual traz o

excedente de sua produção para trocá-lo ou vendê-lo adquirindo tudo aquilo que não produz. (CARVALHO, 1982, p. 36)

Já localizamos a pessoa do camponês no processo social, visualizando as suas características, e nos parece que algumas dessas características estão presentes nas definições dos autores citados até aqui, entre elas: explorados, expropriados, lutando pela sobrevivência. Tudo isso remete a um quadro dividido entre oprimidos e opressores.

Para Brumer, (1987, p.21), algumas características gerais da situação do camponês podem ser elencadas:

- a) não separação do produtor do meio de produção;
- b) uso do trabalho familiar (embora possa ocorrer, concomitantemente, utilização de trabalhadores assalariados);
- c) expropriação do excedente por outros grupos (ou classes).

Ainda segundo Brumer, o camponês, ao administrar a sua unidade de produção envolvendo a família no processo produtivo, agrega um novo fator às considerações sobre a unidade camponesa de produção. Ele afirma que a expressão mais correta para denominar a produção camponesa seria “produção agrícola familiar”.

Considerando agora o termo camponês, este ator social fica em pólo oposto ao fazendeiro ou latifundiário, configurando duas classes distintas. Para Martins (1986), essas “novas” palavras, camponês e “latifundiário”, estabelecem a luta de classes existente no Brasil:

São palavras políticas, que procuram expressar a unidade das respectivas situações de classe e, sobretudo, que procuram dar unidade às lutas dos camponeses. Não são, portanto, meras palavras. Estão enraizadas numa concepção da história das lutas políticas e dos confrontos entre as classes sociais. (MARTINS, 1986, p. 22).

Embora possam parecer óbvias, tais considerações são necessárias para elaborarmos um “raciocínio sociológico”, na medida em que nos deparamos com os

assentados e exercitamos o nosso olhar ao perceber que esses homens e mulheres são frutos de um processo social que exclui, e que no bojo desta exclusão está o capital. Na verdade, o capital permeia todo o processo.

Verificando quem foi o camponês ontem e quem ele é hoje, ficam claros alguns pontos básicos para a nossa compreensão histórica desses atores:

1º) Só compreenderemos a existência do camponês se considerarmos o seu processo de lutas políticas;

2º) Considerando as lutas do camponês como fruto da resistência contra o capital e em prol da terra e de outras demandas sociais;

3º) Negar o camponês ou minimizar a sua existência é desconsiderar sua história de luta específica, diferenciada da condição de trabalhador assalariado nos centros urbanos ou na própria terra.

4º) A não aceitação da expropriação do camponês de sua terra é aceitar as distorções da estrutura fundiária brasileira.

Poderíamos considerar muitos outros elementos, mas cremos já ter deixado claro que a palavra camponês agrega muito mais do que meramente a atribuição aqueles indivíduos que moram longe das cidades, ou são ridicularizados como “caipiras” ou outra denominação que os desclassifique como um agente do processo das lutas sociais no campo.

Martins (1986, p.22 –3) assim reforça o termo camponês:

Nesse plano a palavra camponês não designa apenas o seu novo nome, mas também o seu lugar social, não apenas no espaço geográfico, no campo em contraposição à povoação ou à cidade, mas na estrutura da sociedade; por isso, não é apenas um novo nome, mas pretende ser também a designação de um destino histórico.

Para aqueles que defenderam ou ainda defendem o fim do campesinato, sucumbido pelo processo de transformação capitalista, talvez fique um pouco mais

transparente do que a própria dificuldade de uma conceituação teórica sobre o camponês, o desprestígio ou a ignorância consciente a respeito desta classe expropriada; para Martins existe a clara intenção da negação social: “Por isso, é necessário entender a história dessa exclusão, seus mecanismos econômicos, sociais, políticos. Essa exclusão define justamente o lugar do camponês no processo histórico”. (MARTINS, 1986, p. 25).

O trecho abaixo claramente expõe a intenção da negação teórica conceitual de uma categoria e o quanto isso é pernicioso para o processo de luta e resistência:

A ausência de um conceito, de uma categoria, que o localize socialmente e o defina de modo completo e uniforme constitui exatamente a clara expressão da forma como tem se dado a sua participação nesse processo – alguém que participa como se não fosse essencial, como se não estivesse participando. O escamoteamento conceitual é o produto necessário, a forma necessária e eloqüente da definição do modo como o camponês tem tomado parte no processo histórico brasileiro – como um excluído, um inferior, um ausente que ele realmente é: ausente na apropriação dos resultados objetivos do seu trabalho, que aparece como se fosse desnecessário, de um lado, e alheio, de outro lado. (MARTINS, 1986, p. 25)

Provavelmente é graças a essa exclusão (inclusive teórica e conceitual) que muitos acontecimentos históricos relevantes da sociedade brasileira ficaram distantes da “imensa massa” do povo brasileiro e de seus intelectuais, como as grandes lutas e resistência pela terra neste país.

Outro exemplo disso é a não aceitação do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra. Muitos preferem desqualificá-lo e ignorar que tantas lutas do passado no campo se tornaram presentes no MST de hoje.

Os camponeses liderados pelo beato Antonio Conselheiro, em Canudos, no sertão nordestino (1874 -97), que foram massacrados pelos republicanos, são os mesmos que perdem suas vidas nos conflitos agrários de hoje; a caracterização dessas lutas e a resistência por parte dos camponeses é que os qualifica a assumir o seu lugar no processo social. As

ocupações realizadas pelo MST existem justamente para demonstrar esse perfil de resistência do camponês em busca de sua terra e para territorializar a luta camponesa:

As ocupações massivas são um elemento novo que contribui para o avanço da luta pela terra. Somente na década de 90, mais de 400 mil famílias ocuparam latifúndios. Essas lutas foram desenvolvidas por meio dos processos de espacialização e territorialização dos movimentos sociais no campo. (FERNANDES, 2001, p. 20)

Em se tratando de resistência, nos parece que o próprio MST evoluiu teoricamente e até poderíamos dizer ideologicamente. Se antes a resistência era para obter o acesso à terra, atualmente se ampliou a bandeira de luta e com isso incluíram-se na luta camponesa outros elementos – os problemas referentes à questão agrária, segundo Fernandes:

[...] estão relacionados, essencialmente, à propriedade da terra, conseqüentemente à concentração da estrutura fundiária; aos processos de expropriação, expulsão e exclusão dos trabalhadores rurais, camponeses e assalariados; à luta pela terra, pela reforma agrária e pela resistência na terra; à violência extrema contra os trabalhadores; à produção, abastecimento e segurança alimentar; aos modelos de desenvolvimento da agropecuária e seus padrões tecnológicos, às políticas agrícolas e ao mercado, ao campo e à cidade, à qualidade de vida e dignidade humana. Por tudo isso, a questão agrária compreende as dimensões econômica, social e política. (FERNANDES, 2001, p. 23-4)

Percebe-se que o compromisso do MST não é só a luta pela distribuição de terra, mas a luta com outros contornos sociais, que é exigir a inclusão deste ator social (camponês) nas políticas públicas deste país:

A questão não é só a distribuição da terra, mas também construir novas relações de poder com a participação dos trabalhadores na efetivação das políticas públicas. Esse é o sentido de se correlacionar forças políticas no plano dos conflitos no capitalismo. (FERNANDES, 2001, p. 24)

Nos parece então que a luta do MST não é apenas pela terra, mas se trava uma luta contra o capital e amplia-se um discurso de inclusão política dos cidadãos:

Ora, seria ingênuo pensar que somente a conquista da terra seria o suficiente para garantir que os sem-terra consigam desenvolver os assentamentos. Ter a terra é o primeiro passo. Dessa condição nascem outras necessidades, que, pela inexistência de políticas agrícolas, entre outras políticas públicas voltadas para a população camponesa, se transformam em lutas perenes. E, evidentemente, essas lutas estão representadas em uma luta mais ampla pelo poder, que não é só dos sem terra, mas de toda a classe trabalhadora. (FERNANDES, 2001, p. 39)

Ainda segundo Bassani (2003) o “MST não luta só pela terra, luta contra a fome, contra o desemprego, contra a corrupção, pela alfabetização, pelo meio ambiente”.

À classe trabalhadora como um todo se inclui camponeses e trabalhadores rurais, assalariados ou não. É interessante observar que a dificuldade em conceituar o termo camponês no Brasil acaba muitas vezes por confundir e até fracionar a luta por melhorias no campo.

Camponês, trabalhador rural, pequeno produtor familiar e agricultor familiar são termos comumente utilizados por diversos segmentos para nominar o pequeno produtor no campo, aquele que sobrevive da lavoura. Embora no Brasil o termo camponês passasse a ser utilizado de forma mais generalizada em meados do Século XX, pelas correntes políticas de esquerda (JULIÃO, 1962 apud ANDRADE, 1989 p.6) que apoiavam as organizações (associações) de trabalhadores rurais em suas lutas frente aos grandes e médios proprietários, foi com as freqüentes ações de ocupação promovidas pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra que o conceito tomou “forma” concreta e de destaque na sociedade brasileira.

Em seu livro “Lutas Camponesas no Nordeste” (1989), Andrade destaca a questão da contradição existente em relação ao conceito de camponês e assim o caracteriza:

Em linhas gerais, pode-se admitir que o termo camponês no Nordeste do Brasil tem duas acepções: uma mais geral, *lactu-sensu*, englobando todos os que vivem e trabalham no campo, e outra de sentido estrito, compreendendo apenas aqueles que não foram ainda inteiramente expropriados dos meios de produção. (JULIÃO, 1962 apud ANDRADE, 1989, p. 6).

Ao notar a existência de duas acepções, o autor deixa claro que, por conta da grande diversidade nas relações de trabalho entre os camponeses strictu-sensu e os assalariados, as lutas reivindicatórias podem ser comprometidas e em muitos momentos podem se contrapor.

Parece-nos conveniente lembrar também a definição para campesinato de Oliveira (1990, p.10)

O que significa dizer que o campesinato e o latifúndio devem ser entendidos como de dentro do capitalismo e não fora deste [...] O campesinato deve, pois, ser entendido como classe social que ele é. Deve ser estudado como um trabalhador criado pela expansão capitalista, um trabalhador que quer entrar na terra. O camponês deve ser visto como um trabalhador que, mesmo expulso da terra, com frequência a ela retorna, ainda que para isso tenha que (e) migrar. (OLIVEIRA, 1990, p.10)

Concordando com Oliveira, vemos que o campesinato é fruto essencialmente do capitalismo, portanto não se pode negar a existência do camponês como pertencente a uma determinada classe social e que como trabalhador da terra a ela retorna, ocupa, resiste e se precisa por ela entrega sua própria vida.

Essa resistência surge como uma resposta dos menos favorecidos que se organizam, segundo Bassani (1989, p.145)

Os movimentos sociais camponeses têm sido caracterizados como uma resposta ou reação das classes subalternas do campo às diferentes formas de dominações exercidas pelo capital [...] Nesse sentido, o movimento camponês pode formar uma organização específica que leve a frente seus interesses e conquiste seu espaço na sociedade.

Nessa resistência o camponês se organiza frente ao processo de proletarianização de sua força de trabalho patrocinado pelo capital. Wanderley, no livro “Capital e Propriedade Fundiária”, afirma:

No final dos anos 50, a amplitude que assume a proletarização da força de trabalho e suas repercussões na conjuntura política do momento permitiram que se manifestasse uma reação massiva dos foreiros e dos trabalhadores rurais, dando origem ao que se chama globalmente o 'movimento camponês'. (WANDERLEY, 1979, p. 90)

Embora o objeto de discussão e estudo não seja a formação do movimento camponês, que surge dividido (de um lado trabalhadores rurais bóias frias e do outro pequenos agricultores), o trecho deixa claro o processo de organização dos expropriados na iminência da exploração da força de trabalho. Ambos tem em comum a resistência e a persistência em suas reivindicações.

3.2 Agricultor Familiar

Novamente estamos às voltas com a tentativa de estabelecer teoricamente a presença dos atores do campo expropriados de seus direitos. A importância em localizar um conceito que melhor defina esses atores está em não ceder à tentação de minimizar o seu papel no processo histórico de luta pela terra.

A preocupação se põe na medida em que percebemos que vários teóricos se perderam no esforço de caracterizar com precisão quem é o camponês ou o pequeno produtor rural ou ainda o agricultor familiar frente ao capitalismo que avançou sobre o campo.

Embora possa parecer uma questão meramente de localização do sujeito, uma adoção errada do termo poderá desqualificar a trajetória destes atores e reduzir a sua contribuição para a compreensão do fenômeno que se procura aqui vislumbrar.

De comum entre camponês, pequeno produtor ou ainda agricultor familiar temos a relação de produção predominante familiar com venda do excedente para o mercado e a importância dada por estes ao pedaço de terra de onde provém sua subsistência.

Achamos pertinente nos debruçar um pouco mais sobre a denominação agricultor familiar – logo, agricultura familiar, até por ser este um termo ainda recente, mas

que gerou em seu significado várias divergências e leituras controvertidas dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, que considera o tratamento dispensado à agricultura familiar por parte do Estado como uma clara inserção deste agricultor no circuito capitalista.

Buscando considerações sobre agricultura familiar, recorremos a Denardi (2001, p.57):

Em linhas gerais, os empreendimentos familiares têm duas características principais: são administrados pela própria família e neles a família trabalha diretamente, com ou sem o auxílio de terceiros. Vale dizer: a gestão é familiar e o trabalho é predominante familiar. Podemos dizer, também, que um estabelecimento familiar é, ao mesmo tempo, uma unidade de produção e de consumo; uma unidade de produção e de reprodução social.)

Embora não seja este o foco da questão, convém acrescentar esta observação de Graziano da Silva ao comentar a questão da reprodução no contexto do capitalismo:

Isso significa que o camponês participa do processo de reprodução ampliada do capital em geral, sendo equivocado associá-lo à reprodução simples sob a alegação de que são produtores mercantis. Uma economia mercantil simples procede historicamente a produção capitalista segundo Marx; o processo de reprodução simples é, entretanto, apenas um passo lógico, didático, no seu raciocínio, visando mostrar que o capital se reproduz necessariamente sob a forma ampliada em condições normais. (SILVA, 1982, p. 131)

Para Costabeber e Caporal (2003), a agricultura familiar no Brasil é definida por três características: a gestão da unidade produtora e os investimentos são realizados por indivíduos que mantêm entre si laços de parentesco; o trabalho (a maior parte pelo menos) é executado pelos membros da família; a propriedade dos meios de produção pertence à família.

Parece-nos que isso se diferencia da lógica de produção capitalista, pois a agricultura familiar consegue ser ao mesmo tempo unidade de produção, de consumo e também de reprodução, funcionando dentro de uma lógica própria, na verdade uma combinação de valores de uso e de mercadorias, o que garantirá sua reprodução.

O debate sobre a agricultura familiar no interior do MST ainda percorre as instâncias da reflexão. Se, por um lado, o MST é contra a definição de agricultor familiar para os seus assentados e mais contra ainda a forma de tratamento dispensada pelo Estado, com políticas de inserção do agricultor ao mercado capitalista, como ocorre no PRONAF⁷, por outro não é difícil encontrar dentro dos assentamentos dos agricultores que defendem um maior acesso à tecnologia em sua plantação e uma participação ativa no mercado capitalista.

Na visão do MST, a agricultura familiar compreende a diferenciação e as desigualdades, mas evidentemente não discute a perspectiva de luta contra o capital. (FERNANDES, 2001).

Em relação aos projetos governamentais que visam amparar a agricultura familiar, o MST entende (ao menos é o que parece) que o campo da luta se desloca para o território político-econômico sob a visão do capital. Nesse sentido, qualquer forma de “enfrentamento ao capital” acontece apenas no campo da luta por resultados. (FERNANDES, 2001).

Contrário a política de agricultura familiar criada pelo então ex-Presidente Fernando Henrique Cardoso, através do Programa Novo Rural, o MST assim se posiciona:

De fato, essas idéias representam uma mudança, pois reconhecem a inerência do trabalho familiar no desenvolvimento da capitalismo. É um avanço em relação á visão de que somente as relações capitalistas predominariam na agricultura. Mas é um atraso, ao entender que esteja somente nas políticas formuladas pelo Estado a garantia de uma integrabilidade entre o trabalho familiar e relações capitalistas, desconsiderando a essencialidade da luta contra o capital. (FERNANDES, 2001, p. 36).

⁷ Programa Nacional de Fortalecimento da Agricultura Familiar (PRONAF). O PRONAF surgiu na gestão do Presidente da República Fernando Henrique Cardoso, inserido no Programa Novo Mundo Rural.

Considerar, então, segundo a crítica ao paradigma da agricultura familiar, os projetos governamentais de estímulos e inserção do agricultor ao mercado, é direcionar a luta “para dentro” da valorização capitalista, enquanto, na reflexão do MST, o paradigma aceito é direcionar “para fora”, na perspectiva da superação das relações capitalistas. (FERNANDES, 2001)

Em síntese, cabe aqui lembrar (MARTINS 1986, p.117), quando afirma: “Já não há como separar o que o próprio capital unificou: a terra e o capital; já não há como fazer para que a luta pela terra não seja uma luta contra o capital, contra a expropriação e a exploração que estão na sua essência.”

Ainda na concepção do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra (MST), lutar contra o capital é uma forma de resistência, uma forma de transformar a sociedade, quando os governos estabelecem políticas agrárias deslocadas para o território do capital desmobilizam a luta pela terra:

Essa é a falácia do paradigma da agricultura familiar. Tenta destruir, assim, as formas de luta dos Sem Terra, exatamente na dimensão política da luta pela terra. Isso significa a exclusão política que pode resultar na intensificação da luta ou na subserviência dos movimentos sociais do campo, o que pode eliminar a organização dos trabalhadores. (FERNANDES, 2001, p. 46)

Embora exista todo esse questionamento dentro do Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra sobre a agricultura familiar, podemos entender que negar a sua importância seria também uma forma de esvaziar as ações dos próprios agricultores.

Isto se põe na medida em que se visualiza a capacidade que a agricultura familiar tem em ampliar o “alcance de maior segurança e soberania alimentar” (CONSTABEBER; CAPORAL, 2003, p.182) e que:

[...] para o alcance de maior segurança e soberania alimentar, uma vez que parte importante dessa segurança se obtém com a produção e com o consumo de alimentos nas e para as próprias comunidades rurais, caracterizando assim a produção de subsistência ou de auto-consumo como uma importante estratégia para reduzir os graves problemas relacionados à fome que, vergonhosamente, ainda permanecem no planeta.

Os mesmos autores entendem ainda que a caracterização correta deste agricultor permite localiza-lo como ator principal do processo de luta e resistência pela terra, pois ele passa a ser visto como elemento fundamental no ideário de desenvolvimento rural sustentável:

Creemos que as estatísticas sobre a realidade da agricultura brasileira, em especial a agricultura de base familiar, são ilustrativas da importância desse segmento nas estratégias de desenvolvimento rural sustentável, ao mesmo tempo que mostram a necessidade imperiosa de o Estado manter e ampliar políticas públicas que promovam o desenvolvimento social e econômico da agricultura familiar, numa perspectiva que valorize os aspectos culturais e políticos e não abdique das responsabilidades no que se refere aos reclamos de proteção ambiental que atualmente vêm penetrando na opinião pública da forma crescente. (CONSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 182)

Parece-nos interessante compreender a dimensão com que o agricultor familiar trata a sua terra; ele cria, como já citamos, uma série de simbolismos para explicar quanto valoriza a terra que é o meio de sua sobrevivência.

Logo, podemos perceber que para este agricultor a terra significa vida e esta vida deve ser preservada – a terra dele, por sucessão, será de seus filhos, é então (para ele) um continuum da vida de seus descendentes.

Por conta disso, existe uma sensibilidade maior pelas propostas agroecológicas para sua propriedade, até pela característica de sua produção, cuja base é o autoconsumo. A rigor ele se utiliza de recursos cujo impacto ambiental é menor do que em culturas de grande porte (monocultura de exportação). É o que fica claro quando se compara a agricultura familiar com outras formas de produção agrícola:

[...] podemos afirmar que a agricultura familiar vem demonstrando maior vitalidade e capacidade para alcançar os seguintes aspectos: i) multifuncionalidade e policultivos; ii) eficiência produtiva e eficiência energética e/ou ecológica; iii) conservação dos recursos naturais não renováveis; iv) proteção da biodiversidade e sustentabilidade futura; v) manejo meticuloso e fino (especialmente dos solos); vi) atividades artesanais de menor impacto ambiental e com maior relevância social. (CONSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 183).

Não se pretende aqui induzir a uma visão romântica da agricultura familiar, onde tudo funciona dentro dos aspectos de desenvolvimento sustentável. Se fosse assim não haveria tantas propriedades familiares usando técnicas respaldadas no modelo da agricultura moderna.

O que se quer é possibilitar uma reflexão que aponte também para os problemas que assolam a agricultura familiar, entre eles a própria forma de comercialização, que resulta em menores ganhos financeiros:

Essa forma de agricultura carece, por outra parte, de certos instrumentos (associativos e cooperativos) que compensem certas perdas que, em muitos casos, resultam de menores ganhos de escala. Nesse sentido, a questão da comercialização sempre apresentou especial relevo, pois de sua eficiência depende a maior ou menor capacidade de resistência da agricultura familiar conforme avançam as relações capitalistas na agricultura. (CONSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 183).

Por outro lado é demonstrar que as ações de preservação ambiental, se iniciam exatamente dentro da propriedade familiar [...] a agricultura familiar e suas organizações devem ser estimuladas a fazer parte, como protagonistas, das ações de construção de contextos de sustentabilidade a partir do local. (CONSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 185)

Ao considerar este protagonista, poderemos verificar quais são as suas ações em nível local e que indiquem em que estágio se encontra a sua propriedade: na agricultura tradicional, em transição ou, quem sabe, já dentro de uma perspectiva agroecológica.

3.3 Ontem, Revolução Verde; hoje, transgênicos

Não se pretende aqui recuperar as exaustivas explicações positivas ou negativas sobre o fenômeno da chamada Revolução Verde, mas indicar alguns pontos que demonstram quanto o debate que hoje se trava sobre os transgênicos, se aproxima daquele do período passado, no qual o modelo de tecnologia e o uso de defensivos agrícolas na agricultura pareciam soluções milagrosas para tirar grande parte da humanidade da linha de pobreza absoluta, dissipando o fantasma da fome, como já mencionamos.

Ninguém nega que a Revolução Verde trouxe grandes modificações para a prática agrícola, nos anos 50, e que significou, à primeira vista, a possibilidade real de aumento da produção a um custo financeiro relativamente barato, graças à implantação de um pacote tecnológico básico com direito a uso de sementes de Variedades de Alto Rendimento (VAR).

Agregou também um conjunto de técnicas e novas práticas, bem como a utilização de insumos necessários para garantir níveis crescentes de produtividade, com base na aplicação tópica de defensivos agrícolas em larga escala.

O modelo da Revolução Verde entrou em xeque com o esgotamento do solo, a contaminação de lençóis d'água, desmatamento, compactação do solo pelo uso de pesadas máquinas agrícolas, surgimento de novas pestes em cultivares, alimentos com altos índices de contaminação por pesticidas, destruição dos predadores naturais, sem contar as agressões ao próprio agricultor: suicídios e nascimento de crianças com deformidades associadas à contaminação por pesticidas.

O modelo da Revolução Verde esgota-se e junto com ele a possibilidade de atender a um dos seus propalados objetivos principais – reduzir a fome no mundo. Segundo o

documento de número 152 do (PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”, 2003, p.39) que trata da fome no mundo a Revolução Verde falhou:

[...] Embora tenha registrado um determinado êxito, a “revolução verde” não resolveu os problemas de produção alimentar para um elevado número de países em desenvolvimento.

Já vimos que o modelo de Revolução Verde segue a rigor a idéia da maximização lucrativa. Bonilla (1992, p.66) diz:

Na verdade, o modelo de “maximização lucrativa” na agricultura não é uma peça isolada no marco global da sociedade moderna. Ele é apenas uma fração de uma realidade maior com a qual está solidamente integrado e que tem a ver com o objetivo geral das estruturas sociais existentes no mundo.

Seria pertinente perguntar: então a que modelo os transgênicos satisfazem, já que quem domina as técnicas de transgenia são as grandes empresas multinacionais representantes dos produtos químicos para a agricultura, as mesmas que defenderam a implantação da Revolução Verde na década de 1950?

Em reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra criticou o oportunismo das companhias americanas de biotecnologia por terem se aproveitado do debate sobre a fome no Brasil e defendeu a liberação de transgênicos: “Para os sem-terra, é “oportunismo” e um “golpe” associar a luta contra a fome à liberação dos transgênicos, organismos com genes vindos de outra espécie, visando maior produtividade e economia”. (RODRIGUES, 2002, p. A4).

Na mesma reportagem, o MST afirma que a liberação dessas sementes (transgênicas) pode agravar o problema da fome, por se basear em um ‘modelo concentrador de renda’. “A liberação dos transgênicos iria garantir monopólio da comercialização das sementes a apenas duas ou três empresas, prejudicando o pequeno agricultor e promovendo a concentração da renda.” (RODRIGUES, 2002, p. A4).

Em outra reportagem publicada pela Folha de S. Paulo, o coordenador nacional do MST, economista João Pedro Stedile, reafirma a necessidade de lutar pela terra, mas também lutar contra o atual modelo econômico na agricultura:

A luta pela reforma agrária não depende apenas de lutar contra o latifúndio, mas de derrotar o modelo econômico. E este modelo coloca toda a produção de sementes nas mãos de seis multinacionais e faz o país ser dependente das importações de alimentos. (STEDILE, 2001, p. 12 A).

Não nos parece que o MST seja contrário aos transgênicos simplesmente por querer ser sempre “do contra”, mas sim por se tratar de uma biotecnologia/genética a mais na engrenagem de toda uma estrutura globalizada que continuará privilegiando apenas as grandes empresas de insumos agrícolas.

Caberia neste momento uma definição do que são transgênicos: “Vegetais ou animais em cuja cadeia genética foram introduzidos genes de outros vegetais ou animais para desenvolver determinadas características”. (FORNARI, 2001, p. 242)

Em publicação on-line, o MST expõe sua posição sobre os transgênicos considerando aspectos tais como o político-ideológico, o econômico, o ambiental e o da segurança alimentar.

No que diz respeito ao aspecto político-ideológico, o artigo afirma:

Estamos enfrentando uma nova fase da dominação capitalista no campo. Fruto das revoluções tecnológicas ocorridas nos últimos anos (informática, química fina, microeletrônica e biotecnologia/genética), as grandes empresas fornecedoras de insumos para a agricultura estão se modernizando e buscando novas formas de garantir e ampliar os seus mercados consumidores, além de garantirem a dependência dos agricultores aos seus produtos. Poderíamos considerar este processo (MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA, 2004).

O MST tem consciência de que enfrentar a tecnologia moderna no campo é na verdade continuar o embate com o capital. Na verdade a transgenia simboliza, para o MST,

um novo momento de enfrentamento com o capitalismo, o mesmo embate clássico que sustentou a bandeira ideológica do Movimento.

Não resistir aos transgênicos seria o mesmo que desistir da luta pela transformação da sociedade, afirma Fernandes (2001, p.25):

Abandonar os clássicos da questão agrária e da luta pela transformação da sociedade não nos levará a lugar algum. Tomá-los como referências para contribuir com a leitura do mundo em que vivemos é essencial para lutarmos contra o capital e é, igualmente, a luta por um espaço político. É lutar para tentar ser protagonistas e não coadjuvantes do processo. E nessa caminhada, o saber da lógica destruidora da questão agrária está contido na consciência dos que lutam e resistem.

Além do que representa simbolicamente, a transgênia (“charme discreto” do monopólio capitalista no campo) tem outro aspecto muito combatido pelo MST e por outras entidades ligadas a questão da terra: o impacto que os transgênicos podem causar no meio ambiente.

Em recente declaração sobre os transgênicos, os bispos acompanhantes da Comissão Pastoral da Terra da CNBB, parceira do MST, também manifestaram preocupação com os transgênicos, em especial com os riscos imprevisíveis que o uso de transgênicos pode acarretar para o homem e para o meio ambiente:

Com relação à saúde humana, a ingestão dos grãos geneticamente modificados pode provocar aumento de alergias, resistência a antibióticos e elevação do índice de substâncias tóxicas nos alimentos [...]No meio ambiente há o risco da erosão genética, afetando irreversivelmente a biodiversidade, pela contaminação dos bancos naturais de sementes (bancos de germoplasma). Acresce a isto o aumento assustador da monocultura e a conseqüente perda da riquíssima variedade e qualidade das sementes. (DECLARAÇÃO..., 2003).

Embora a transgenia seja um assunto relativamente novo e suas conseqüências, tanto para o meio ambiente quanto para o homem, ainda não sejam

conhecidas, uma verdade já se pode constatar: é mais um aparato tecnológico na grande engrenagem que movimenta o capitalismo rural, sendo explicitamente monopolista, satisfazendo a renovação da maximização lucrativa no campo, obtendo cada vez mais a renda de monopólio que é: “[...] também lucro suplementar derivado de um preço de monopólio de uma certa mercadoria produzida em uma porção do globo terrestre dotada de qualidades especiais.” (OLIVEIRA, 1986, p. 75 - 6).

Portanto, o MST é contra os transgênicos, não só pela forma impositiva e duvidosa como essas sementes são defendidas pelos grandes “lobbies” da agricultura conservadora, mas especialmente porque, conforme já mencionado, essa luta representa a continuidade da resistência dos excluídos contra o capital.

Todavia, parece-nos que os países pobres, em especial o Brasil, buscam novamente na “fórmula milagrosa” – ontem na Revolução Verde e hoje nos transgênicos – uma solução para a fome, correndo o risco de encontrar os mesmos resultados da Revolução Verde: lucro para poucos e aumento da degradação ambiental e permanência da fome para os que não podem comprar os alimentos produzidos.

Parece-nos, então, que precisamos de um novo modelo para a agricultura, principalmente aquele que visa o Desenvolvimento Rural Sustentável (DRS) e que permita que as pessoas tenham acesso à distribuição de riquezas: “[...]para ser sustentável, o desenvolvimento necessita compatibilizar crescimento econômico, distribuição da riqueza e preservação ambiental, tarefa considerada por muito como inviável ou mesmo impossível. (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 160).

Sabe-se que isso não se dará de maneira tranqüila, na medida em que se percebe a necessidade da passagem do modelo atual (agricultura moderna) para outro modelo pautado na agroecologia, passagem esta que pode ser chamada de transição agroecológica.

Esse modelo alternativo considera principalmente os conceitos ecossociais (sociais, culturais, econômicos e ambientais), respeitando o equilíbrio do ecossistema na dimensão onde tudo deve se iniciar: o local (assentamento).

3.3.1 – Conceito de transição agroecológica

Com o processo de implantação, intensificação e manutenção do modelo da Revolução Verde, que remonta à década de 40, foram construídos paradigmas na agricultura brasileira que perpassam pelo uso da tecnologia até a utilização intensiva de agrotóxicos.

Pode-se considerar, então, que o modelo adotado consolida atitudes e práticas na agropecuária brasileira tanto para os grandes produtores quanto para os pequenos, capazes de criar resistência a discursos que diferenciem ou até favoreçam novas formas (alternativas) de produção (estende-se à criação de aves e animais).

Como o modelo que aí se põe favorece grandes empresários do meio rural (essa é a natureza do modelo de agricultura moderna, baseada na maximização de lucros) e impede que o pequeno produtor cresça, mas ao mesmo tempo favorece que ele se mantenha, mesmo que em condições precárias, graças aos insumos agrícolas (pesticidas, máquinas e outras tecnologias), não existe uma intenção ampla por parte das elites agrárias de mudar o modelo atual.

Com tudo o que se consolidou durante estes anos na perspectiva da agricultura moderna e mesmo com todas as implicações geradas por este modelo, entendemos que é possível pensar em formas alternativas de produção pautada na agroecologia. Existem exemplos muito interessantes, como ocorre no Rio Grande do Sul, Paraná, Santa Catarina e em outros estados do Brasil onde vários agricultores familiares vêm experimentando novas

formas de produção a partir da implementação de ações de assistência técnica e extensão rural baseadas nas noções de agroecologização e de transição agroecológica.

Todavia, sabe-se que a passagem de um modelo agrícola para outro não se realiza da forma automática, existem implicações que vão desde fatores culturais até os de ordem econômica e de políticas públicas, sendo necessário um período de transição que leve ao processo de ecologização⁸.

Sendo necessária para a atingir a maturidade do processo de ecologização que supere o modelo produtivista da agricultura convencional, entendemos que transição agroecológica se refere a um processo gradual de mudanças na forma de se produzir, manejando o agroecossistema racionalmente, respeitando o ambiente e realizando a passagem de um modelo agroquímico para um outro que possibilite princípios e métodos de produção com base ecológica.

Na medida em que o processo de transição agroecológica se estabelece, o antigo modelo agroquímico vai sendo substituído gradativamente, dentro de um contexto de conscientização do agricultor, que passa a executar práticas alternativas em sua produção, possibilitando uma agricultura mais sustentável.

Como o próprio nome diz, existe uma transição, na verdade uma passagem que gera mudanças em toda a estrutura da propriedade. Nota-se que sem uma efetiva mediação o processo pode não se realizar. A presença do mediador é fundamental para o sucesso de substituição de um modelo pelo outro.

⁸ Na sua essência o processo de ecologização corresponde à introdução de valores ambientais nas práticas agrícolas, na opinião pública e agendas políticas. Este processo constitui uma força sociológica combinada, a partir da qual as questões de caráter sócio-ambiental e biofísico assumem papel ativo na determinação das tecnologias agrícolas e se constituem na mola propulsora de uma ação transformadora na agricultura e no desenvolvimento rural, na medida em que exigem que as instituições passem a mover-se na busca de objetivos.

O mediador proporcionará a assistência técnica necessária, planejando o período de transição agroecológica com atividades de implantação do processo e acompanhamento.

A partir do período de transição agroecológica que leve à construção de um modelo alternativo de produção, o agricultor é considerado ator principal de todo o processo, sendo ele o agente da mudança dentro dessa nova forma de produzir.

[...] surge a necessidade de incorporar novas noções sobre agricultura e novos conceitos, dentre os quais ganha força a idéia da agricultura não apenas com a aplicação de um conjunto de técnicas, mas como uma atividade humana e, portanto, devendo ser entendida como uma construção social que, além de ser ambientalmente determinada, também está subordinada a condicionantes socioculturais, caracterizando-se por ser um processo multilinear. (CAPORAL, 2003).

Creio ser essencial entender a lógica do local (assentamento rural), com toda a sua dinâmica, e como o agricultor se relaciona com este espaço de produção. Isso irá nos indicar caminhos que possam levar a compreender melhor as dimensões do impacto local dos assentamentos rurais.

Falando em impacto local, considera-se não só o de nível ambiental, mas um todo que inclui os níveis econômico, político, cultural, entre outros:

A presença dos assentamentos rurais enquanto unidades territoriais e administrativas, novas referências para as políticas públicas, traz em si modificações na zona rural em que eles são implantados, resultando numa ampliação das demandas de infra-estrutura e em pressão sobre os poderes políticos local, estadual e federal, redimensionando o tema de acesso às políticas públicas. (CAPORAL, 2004).

Todavia, entendemos o assentamento como local onde prospera a possibilidade de implantação de atividades coordenadas que induzem a possibilidade de

transição agroecológica, como já escrevemos aqui, período este que entendemos ser estratégico para se atingir o Desenvolvimento Rural Sustentável como algo prático e possível.

Para (Souza; Del Grossi, 2004, p.90), o local :

[...] se apropria, de alguma forma, do processo de desenvolvimento para torná-lo tanto um conceito como uma prática global. Ou seja, torna-se uma prática eficaz ou uma reação a esta crise. Em consequência, uma variedade de soluções locais aponta para processos de negociação e o “desenvolvimento local” passa crescentemente a constituir-se em um processo de construção social.

Não basta, a nosso ver, privilegiar apenas o plano nacional, em tempos de grandes transformações na economia mundial que interferem sistematicamente junto ao agricultor precisamos valorizar o aspecto local. Existe a necessidade de focar as potencialidades da população local e as suas demandas de caráter cultural, ambiental e social que estão acima dos contornos de infra-estrutura ou da viabilidade de algumas demandas políticas internas ou até mesmo do aumento da população deste ou daquele município.

Acreditamos ser possível desenvolver o equilíbrio entre desenvolvimento econômico, distribuição de riqueza e preservação ambiental, na medida em que se possa tomar consciência da necessidade de preservação da espécie humana, algo que se persegue não apenas quando se luta pela terra, mas também na manutenção agroecológica da mesma.

Isso não parece algo tão simples assim, até porque tem a ver com as “necessidades” das pessoas, e existe uma distorção na questão das verdadeiras “necessidades” de sobrevivência:

A grande dificuldade que esse conceito nos traz reside na palavra necessidades, que, por ser uma construção social, varia segundo as pessoas e a sociedade em que vivem [...]
O desenvolvimento sustentável implica, ademais, uma transformação progressiva da economia e da sociedade, aumentando o potencial produtivo e assegurando a igualdade de oportunidades para todos. (COSTABEBER; CAPORAL, 2003, p. 161)

Sendo assim, parece-nos que o desenvolvimento sustentável tem por meta a satisfação das “necessidades” da geração presente, sem comprometer a capacidade das gerações futuras de satisfazerem suas próprias necessidades (CAPORAL, 2003).

CAPÍTULO III

4 A PRODUÇÃO AGROECOLÓGICA DO ASSENTAMENTO DORCELINA FOLADOR E SEUS LIMITANTES

“Os Filósofos limitaram a interpretar o mundo de diferentes maneiras; o que importa é transformá-lo.”

Karl Marx

No presente capítulo apresentaremos as estratégias de ação que nos conduziram na busca das informações pretendidas no assentamento Dorcelina Folador, no município de Arapongas, Norte do Paraná.

A presente pesquisa foi realizada com base no método de estudo de caso, por ser do tipo exploratório, permitindo compor a análise de dados quantitativos e qualitativos.

O estudo de caso também possibilita que as observações sejam enfocadas num caso particular, resultando em dados que posteriormente possam ser utilizados para comparações e futuras generalizações.

Segundo Yin (1989), o método do estudo de caso deve ser usado em situações onde os comportamentos importantes não podem ser manipulados, porém onde é possível realizar observações diretas com uso de entrevistas sistemáticas.

Para esse autor, o método possibilita o trabalho de pesquisar “com uma completa variedade de evidências, como documentos, artefatos, entrevistas e observações” (Yin, 1989, p. 19).

Considerando que o estudo de caso, em pesquisa social, trata diretamente com pessoas ou grupos, o uso da entrevista também pode apresentar-se como uma fonte muito rica de poder investigativo.

Chizzotti, (2000, p.102) assim define o estudo de caso:

(...) é uma caracterização abrangente para designar uma universidade de pesquisas que coletam e registram dados de um caso particular ou de vários casos a fim de organizar um relatório ordenado e crítico de uma experiência, ou avaliá-la analiticamente, objetivando tomar decisões a seu respeito ou propor uma ação transformadora.

Permite, portanto, uma maior flexibilidade na coleta da informação desejada e após uma análise de toda a documentação coletada pode fundamentar uma possível ação transformadora no nível local, foco central desta pesquisa.

O estudo de caso também é utilizado em fenômenos de natureza ampla e complexa. Bonoma (1985) diz que, observando o fenômeno dentro do contexto onde naturalmente ocorre e não fora dele, isso permite fundamentar melhor a proposição de questões causais.

4.1 Caracterização do Assentamento Dorcelina Folador

O Assentamento Dorcelina Folador localiza-se no município de Arapongas, norte do Estado do Paraná, na antiga Fazenda São Carlos, que estava alienada pelo Banco do Brasil para pagamento de dívidas, são 756 hectares de terras consideradas de alta produtividade.

No início de 1999, o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, ao tomar conhecimento do leilão a partir da publicação em Diário Oficial da União, passou organizar-se para a ocupação da propriedade.

Inicialmente, a ocupação foi realizada por um contingente de 68 famílias arregimentadas de localidades do Paraná e de outros Estados. O procedimento de ocupação foi o que é habitualmente adotado pelo Movimento: juntam-se as famílias e se deslocam durante a noite para não chamar atenção, rompem-se as cercas e imediatamente se levantam os barracos de lona preta. Naquela fazenda já existiam alguns galpões e barracões, o que facilitou a acomodação dos sem terra.

As famílias foram divididas em cinco núcleos de 13 famílias e cada núcleo indicou um representante que se juntou aos demais, constituindo a coordenação do assentamento.

Cada núcleo se responsabilizou por determinada atividade, em áreas como saúde, educação, alimentação, segurança e função religiosa, entre outras; a escolha do nome do assentamento foi uma homenagem à prefeita petista Dorcelina Folador do município Mundo Novo Estado do Mato Grosso do Sul, assassinada em Outubro de 1999.

A proposta do MST era desenvolver nesse assentamento um projeto diferenciado, primeiro pela localização – próximo dos grandes centros urbanos do Norte do Paraná (Londrina, Arapongas, Apucarana e Maringá), com suas inúmeras escolas e universidades.

Em segundo lugar, por haver na propriedade uma infra-estrutura bem assentada: dois pivôs centrais de irrigação que poderiam ser utilizados de imediato e alguns galpões já construídos. Na avaliação do MST, estes fatores, somadas as condições climáticas favoráveis, solo fértil e boa irrigação, indicavam que ali era possível estabelecer uma tal linha de produção que transformaria o assentamento em referência de produção agroecológica para todo o Brasil.

Por conta das especificidades dessa propriedade, o MST decidiu selecionar as famílias que deveriam permanecer assentadas e aí desenvolver um projeto totalmente voltados para a produção orgânica. Foram selecionadas então 94 famílias, sendo que cada uma recebeu 6 hectares para desenvolver suas atividades.

No bojo do projeto havia a idéia de construir um centro de formação que pudesse acolher os filhos dos assentados de toda a região e os filhos de pequenos proprietários com a finalidade de capacitá-los e treiná-los para a produção orgânica. Na verdade seria um centro de treinamento e experimentação.

Inicialmente foram plantadas culturas de feijão, arroz e mandioca em escala comercial seguindo o modelo de produção convencional. Os assentados utilizaram máquinas contratadas dos vizinhos (fazendeiros), chegando a produzir 180 sacas de feijão por alqueire.

Outros assentados optaram por cultivar em escala comercial a mamona e o algodão, algumas famílias decidiram desenvolver a fruticultura, olericultura e cafeicultura. As linhas de produção eram decididas através de um processo permanente de diálogo, em que se avaliava a produção e discutiam-se as possíveis soluções para os problemas.

Embora as famílias tenham encontrado um solo preparado e fértil na Fazenda São Carlos, era também um solo compactado devido ao uso excessivo de máquinas, o que reforçaria a idéia de adotar uma matriz tecnológica alternativa (agroecológica), abolindo os agrotóxicos e promovendo o uso adequado da terra.

Em 9 de junho de 2003, realizou-se no assentamento a festa da colheita do feijão: haviam sido plantados 25 hectares de feijão da safrinha dentro do projeto custeado pelo Fundo Herbert de Souza Brasil sem Fome, “Ação e Cidadania”, que havia escolhido aquele assentamento por sua localização e capacidade produtiva. A colheita foi estimada em 1.000 sacas de 60 kg.

Entretanto, apesar de todas as condições a princípio favoráveis, não se observou uma discussão concreta sobre a forma de produção agroecológica a ponto de ser expressada como assentamento de produção plenamente orgânica. Alguns limitantes foram identificados no decorrer da coleta de dados e nas observações de pesquisa realizadas no assentamento que serviram de indicadores para o entendimento desta problemática.

Outro problema surgiu porque o MST e a coordenação local do assentamento acharam que o resultado da produção deveria ser coletivo – esta premissa também não se sustentou.

4.2 Características da Pesquisa

Devido a distância do assentamento Dorcelina Folador e pela complexidade das negociações para termos acesso aos assentados optamos em dividir a pesquisa em duas etapas:

A primeira etapa da pesquisa foi realizada em julho, com a aplicação de uma entrevista semi-estruturada (anexo A) junto às famílias assentadas contendo questões abertas (qualitativas) e fechadas (quantitativas). A segunda etapa foi realizada na segunda quinzena de agosto e destinada aos assentados identificados na primeira etapa como os que trabalhavam com a linha de produção diferenciada. Para estes, foi aplicado um roteiro de entrevista (anexo B) contendo cinco questões abertas, com o intuito de permitir aos entrevistados que se expressassem da melhor forma possível. Nesta etapa utilizamos gravador.

Inicialmente foram realizados contatos com as lideranças do MST seguindo um princípio estabelecido por Chizzotti (2003, p.103). “[...] A coleta de informações em campo pode exigir negociações prévias para se aceder a dados que dependem da anuência de hierarquias rígidas ou da cooperação das pessoas informantes.[...]” .

Precisávamos conversar com as lideranças locais do Assentamento Dorcelina Folador e após várias tentativas conseguimos agendar uma reunião. Na ocasião foram levados esclarecimentos sobre os objetivos da pesquisa e suas possíveis contribuições para o Movimento e principalmente para os assentados.

Foi destacada uma liderança do MST para nos auxiliar nos contatos no assentamento. Após um longo período de espera, realizou-se nova reunião na qual foi agendada a primeira visita ao assentamento.

Fomos procurados, porém, por telefone, e a visita agendada teve que ser adiada; por ser o MST um Movimento que trata de questões muito específicas externamente e principalmente internamente, respeitamos a decisão e uma nova data foi agendada.

Após alguns dias, já no início de julho, a primeira visita ao assentamento tornou-se finalmente possível. Nessa oportunidade conhecemos a estrutura do assentamento e conversamos informalmente com os assentados, fizemos contatos com as lideranças locais e explicamos o intuito da pesquisa e as possíveis contribuições que traria para o assentamento.

Nessa ocasião ocorreu a validação do instrumento de pesquisa, com sua aplicação a um dos assentados e liderança no assentamento. Desse contato surtiram muitas contribuições ao nosso trabalho: alterações no roteiro das entrevistas, quantidade de questões e formas de abordagem. Combinamos com a coordenação local que aplicaríamos o instrumento de pesquisa (primeira etapa) na segunda quinzena de julho e assim procedemos.

Após a coleta de dados (primeira etapa), agendamos com a coordenação do assentamento nova visita, ficando estabelecido que poderíamos nos dirigir aos assentados durante sua assembléia mensal, o que nos pouparia muito tempo, pois os lotes ficam distantes uns dos outros.

Na data estabelecida para a assembléia, no dia vinte e oito de agosto de dois mil e quatro, realizamos a segunda etapa da pesquisa direcionada a dois assentados que trabalhavam com produção diferenciada (orgânicos), identificados na primeira etapa.

Foi realizada a tabulação das informações coletadas e obtido o percentual dos dados. Com esta informação foram elaboradas tabelas e quadros que proporcionariam uma melhor visualização e compreensão na apresentação dos resultados.

Quanto às informações obtidas junto aos assentados nas questões qualitativas, foram lidas e criteriosamente organizadas para que pudessem ser

contextualizadas e transcritas na exposição dos resultados, de maneira que se evidenciasse exatamente o que os entrevistados disseram.

Com esta preocupação, optamos por não expor nossos entrevistados, adotando nomes fictícios (ou letras: entrevistado “A”, entrevistado “B”) para aqueles que tiveram suas respostas citadas na íntegra, bem como entendemos, conforme diz Alves (2003), que tudo o que foi produzido enquanto documento coletado, inclusive a transcrição da informação verbal, pode ser utilizado na sua forma original, mantendo as características da linguagem local.

Concordamos também com Haguette (2003, p.86) ao afirmar que:

[...] Cada um está “em relação” a um outro. Por outro lado, enquanto instrumento de coleta de dados, a entrevista, como qualquer outro instrumento, está submetida aos cânones do método científico, um dos quais é a busca de objetividade, ou seja, a tentativa de captação do real, sem contaminações indesejáveis nem da parte do pesquisador nem de fatores externos que possam modificar aquele real original [...].

Ao optarmos por manter a linguagem original dos assentados entrevistados transcrita nesta pesquisa, acreditamos estar evitando supostas “contaminações”. Ao tentar corrigi-las, poderíamos correr o risco de descaracterizar a fala dos sujeitos, dando-lhe um contorno artificial e fugindo de nossa proposta de captar o real em sua integridade.

Sem dispor de tempo para abranger outras questões relativas ao tema proposto, procuramos focar a atenção no perfil dos entrevistados identificados como sendo assentados que produziam no modelo orgânico.

O objetivo era perceber os limitantes imediatos que impediriam ou dificultariam a implantação definitiva de uma matriz produtiva diferenciada no Assentamento Dorcelina Folador.

Entendemos também que o número de entrevistas poderia ter sido maior, porém respeitamos aqueles que, por diversos motivos, não quiseram fazer parte de nossa

amostra. Entre os motivos alegados encontramos: medo de responder algo que pudesse prejudicá-lo junto à coordenação do assentamento; receio de dizer algo que pudesse ser usado por nós para agredir o MST; em um dos assentados, que trabalha com horta e utiliza agrotóxicos na produção, percebemos que existe uma certa animosidade para com os demais e ele se recusou a conversar conosco.

Como já sinalizamos, os assentados, pelo que pudemos observar, têm muita preocupação com o que falam. Diante de qualquer pergunta, o assentado olhava para o coordenador como que pedindo autorização para responder e no entre-olhares vinha ou não a “autorização”. Mesmo assim, ele só falava aquilo que queria e na medida que desejava. No mais, fazia silêncio, principalmente quando as respostas exigiam uma reflexão mais direcionada à posição do MST.

4.3 Sujeitos da pesquisa

Com o objetivo de obter uma análise mais aprofundada da realidade dos assentados do Dorcelina Folador, foram realizadas algumas entrevistas. A idéia inicial era realizar as entrevistas com o universo total do assentamento, nem todos se dispuseram responder.

Das 94 famílias residentes no assentamento, apenas os representantes de 40 foram entrevistados, ou seja, 42,5% do total. Desses, 28 assentados eram do sexo masculino (70%) e 12 do sexo feminino (30%).

Coelho (1992) e Broietti (2003), baseados no modelo de estrutura de faixa etária brasileira do IBGE, apresentam a seguinte distribuição: consideram jovens (até 19 anos), adultos (de 20 a 59 anos) e idosos (acima de 60 anos).

Encontramos então a seguinte situação no assentamento Dorcelina Folador: dos entrevistados, 2,5% são jovens, 95% são adultos e 2,5% são idosos.

Estes dados revelam que a maioria absoluta dos moradores está na faixa etária adulta (entre 20 a 59 anos), tecnicamente reconhecida como sendo a mais produtiva da vida, constituindo-se numa população assentada que contribui diretamente para a manutenção da família (sustentam a casa).

Outra característica que nos chamou a atenção é a situação civil dos assentados entrevistados.

Tabela 1 – Estado civil dos assentados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná.

Estado civil dos assentados		
Estado civil	Nº de assentados	%
Solteiro	9	22,5
Amasiado	10	25
Casado	21	52,5
Total	40	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004)

Dos assentados entrevistados, a maioria (52,5%) é casada formalmente (possuem certidão de casamento). Já os solteiros perfazem 22,5% dos entrevistados e, em número um pouco maior (25%) estão os amasiados (casados sem documentação). Diga-se que o MST reconhece e incentiva que todos os seus acampados e assentados tenham seus documentos pessoais também como uma forma de cidadania (Carteira de Identidade, CIC/CPF, Título de Eleitor, Certidão de casamento e Nascimento, entre outros documentos), no entanto destes 25% de amasiados todos responderam que não estão regularizados junto aos seus parceiros.

Por não possuírem contrato de parceria civil, correm o risco futuramente, (para aqueles já assentados oficialmente) em caso de uma separação (ou morte de um dos cônjuges) comprometer a partilha de bens amealhados

Convém lembrar que, embora esses 25% vivam em situação matrimonial atípica, mesmo encontrando na lei cobertura jurídica para a sua situação conjugal, nenhum deixou de registrar os filhos legítimos.

Dos entrevistados, 31 responderam ter filhos, ou seja, 77,5%. Outros 9 assentados declararam não possuir filhos – 22,5%. Verificou-se que a quantidade de filhos no assentamento é baixa: dos que responderam ter filhos, 54,83% declararam ter dois filhos; mas um entrevistado (3,22%) informou ter um número extraordinário de filhos – 10.

Perguntado se ele e sua esposa não gostariam de ter mais filhos, o assentado “José” foi claro:

“(...) a genti tem medo né... Todo sofrimento nosso pra ter uma terrinha... Fome, medo, polícia bateno em nós... a genti até pensa em tê, mais quando nós óia pro futuro dá medo. Violência, sustento. Dá não. Dois e óia lá.”
(Informação verbal)

Percebemos que eles gostariam de ter mais filhos, mas têm medo por causa das situações por que já passaram, de sofrimento com o desemprego e até privação de alimentos. A preocupação com o futuro dos filhos, o medo dos problemas típicos da sociedade moderna, como drogas, violência, fome e insegurança, pesam para que eles mantenham uma prole reduzida.

Para o entrevistado que declarou ter 10 filhos, perguntamos se ele não achava esse número muito grande e a resposta foi esta:

“Quando eu mais a muié casamu, a idéia era te mais di deis, só que aí as dificurdade aumentô e paramo por aí... Si num fôssi pela vida difícil, quiria tê mais uns três. A genti nem si preocupô em si cuidá, não. A bíbia diz qui é pecado impedi os fio di nascê.” (Informação verbal)

Outra informação que nos chamou a atenção foi o grau de escolaridade encontrado entre os assentados.

Tabela 2 – Grau de escolaridade dos assentados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná

Grau de escolaridade dos assentados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná		
Grau de escolaridade	Nº de assentados	%
Não alfabetizado	–	–
Ens. Fund. (1ª à 4ª série) incompleto	5	12,5
Ens. Fund. (1ª à 4ª série) completo	5	12,5
Ens. Fund. (5ª à 8ª série) incompleto	9	22,5
Ens. Fund. (5ª à 8ª série) completo	2	5
Ensino Médio incompleto	8	20
Ensino Médio completo	11	27,5
Total	40	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004).

Para o Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra, o acesso à educação/escolarização permite que o assentado seja inserido na sociedade como cidadão portador de direitos e o não acesso caracteriza formas de exclusão social.

A educação, para o MST, é tão importante quanto as ocupações de terras.

Stédile afirma:

[...] Até para que o próprio militante se convença de que, na guerra, é importante estarmos em todas as frentes de batalha. A frente de batalha da educação é tão importante quanto a da ocupação de um latifúndio ou a de massas. A nossa luta é para derrubar três cercas: a do latifúndio, a da ignorância e a do capital.[...] (STEDILE, 1999, p. 74).

O que se observa de imediato nas ocupações do MST é que, ao distribuir as famílias em núcleos, o primeiro a ser formado é o da educação. Uma das primeiras barracas a serem erguidas é a da “escola”. Isso garantirá a educação para as crianças.

Segundo Fernandes:

Ao organizar um acampamento, os sem-terra criam diversas comissões ou equipes, que dão forma à organização[...]. Dessa forma, os acampamentos, freqüentemente, têm escolas, ou seja, barracos de lona em que funcionam salas de aula, principalmente as quatro primeiras séries do ensino fundamental [...] (FERNANDES, 2001, p. 76).

Quando a estrutura local não permite um espaço imediato reservado à “escola”, a coordenação do acampamento buscará viabilizar junto ao poder público que as crianças em idade escolar freqüentem as escolas regulares.

Normalmente, quando não se pode naquele momento ter escola no acampamento, as crianças (“sem terrinha”, como são conhecidas) são conduzidas à escola regular mais próxima.

Esse esforço é a justificativa mais provável para os números expressos na tabela acima: todos os entrevistados são alfabetizados e entre os maiores grupos temos os dos que têm ensino médio completo (27,5%) e ensino médio incompleto (20%). São dados significativos para o padrão brasileiro.

O percentual é de 5% para os que completaram o ensino fundamental (8ª série) e de 22,5% para os que ultrapassaram a 4ª série mas não completaram o ciclo fundamental.

“José” nos explicou por que não conseguiu atingir a 4ª série, ficando no grupo que representa 12,5% do total:

“[...] óia, quando a genti era meninu os pai só criava fio para trabaiá na roça. A genti num tinha um centivo di estudá... Trabaiava de sor a sor e a iscola era longi demais da conta... Sinhô tê uma idéia eu andava mais de nove quilômetro pra istudá, cansado da labuta du dia... Num aprendia nada mesmu... Chegava durmi na cadeira (risos). Dispois a genti vai creseno, ficando véio e nada mais entra na cabeça... A genti casa, vem os fio e a preocupação aumenta demais da conta. Sem contá essa vida de andá pra lá e pra cá, sem terra, sem distino, e a iscola vai ficano no sê come o sê istuda[...]. (Informação verbal).

Já as assentadas são vítimas também do machismo, quanto o assunto é educação, como se vê no caso de “Maria”:

“Meus pais eram muito rigorosos. Quando era criança tinha que ajudar a levar a comida pros irmãos na roça... A gente sempre foi educada a saber que quando ficasse moça ia casar ter marido, filhos e pronto, não precisaria de estudo (silêncio). É, os pais diziam isso: pra quê estudo se você vai ser dona de casa? Hoje eu vejo a falta que faz... Aí casei e foi o marido que disse a mesma coisa: pra quê estudo se já tá casada? (silêncio) O pior é que eles diziam até outras coisas, que a gente não ia estudar coisa nenhuma, ia éééé (risos)... Sei lá, você sabe, né, esses maridos desconfiados, mais um dia eu quero terminá, se Deus permitir, é claro.[...]” (Informação verbal).

Outro dado obtido diz respeito aos que concluíram a primeira parte do ciclo fundamental (1ª a 4ª séries); a porcentagem foi de 12,5%.

Diante da pergunta sobre o interesse em continuar os estudos, obtivemos uma resposta homogênea: todos afirmaram que voltarão a estudar. Querem pelo menos terminar a 8ª série e estão à espera das providências da coordenação para voltar à sala de aula no próprio assentamento.

4.4 Considerações sobre a pesquisa no assentamento

Como já foi mencionado, o assentamento Dorcelina Folador foi escolhido para este estudo por apresentar muitas características do discurso que o MST faz a respeito da proposta alternativa de produção agroecológica.

Fomos para o assentamento na expectativa de encontrar lá, por exemplo, um grande consenso quanto à condenação do uso de agrotóxicos e à preferência pelo uso de técnicas alternativas de produção não agressivas ao solo e ao meio ambiente; achamos que os assentados deviam ter planejamentos que induziriam a uma nova prática produtiva dentro do assentamento; que haveria um número expressivo de assentados experimentando algum tipo de produção orgânica, embora não esperássemos que todo o assentamento produzisse orgânicos, pois sabemos que esse processo é difícil e lento; que a assistência técnica do assentamento já estivesse organizada de forma a permitir o início do processo de transição

de lavoura agroquímica para a agroecológica; que os assentados já pudessem dar informações e números quanto à quantidade e qualidade de culturas ecologicamente corretas, para se comparar com o modelo tradicional e verificar a validade ou não de um projeto interno do assentamento que garantisse o título de assentamento modelo em produção agroecológica; que fosse possível avaliar, junto aos assentados, a forma de produção coletiva que tanto se busca nos assentamentos do MST.

Tínhamos essa expectativa, mas como os assentamentos estão sempre em movimento, até pela forma como surgem e pela sua natureza política, encontramos uma realidade bem diferente do que imaginávamos.

O primeiro choque se deu com a observação de que não existem formas coletivas de produção no assentamento. Sabemos que essa discussão é muito laboriosa no MST, buscaram-se formas coletivas de produção diferentes das do cooperativismo tradicional, algo no seu sentido mais híbrido. Mas não se trata de uma visão determinista dentro do Movimento, existe o entendimento de que cada assentamento tem uma subjetividade peculiar (realidade local) que deve ser respeitada:

[...] “aprendemos que a forma de recuperação agrícola não é determinada pelo MST, pela Concrab. Não adianta fazer uma reunião no assentamento e dizer: “você vão implantar uma cooperativa”. Vai ser um fracasso. Eles é que têm que discutir que tipo de forma pode ser assimilada. A partir da forma inicial, pode haver um processo de evolução ou desarticulação. Se se desarticular, significa que aquela forma de cooperação não estava à altura das condições subjetivas.” (STÉDILE, 1996, p. 102)

Constatamos que o assentamento Dorcelina Folador viveu diferentes momentos desde a ocupação, inclusive uma fase da produção coletiva que acabou não se sustentando, justamente pela subjetividade específica. Tiveram também o momento do semicoletivo que esbarrou nas questões de viabilização interna (amadurecimento nos debates

internos quanto à necessidade da produção coletiva ou semicoletiva como mecanismo de sobrevivência ou de aglutinação de forças).

Dando números a esta exposição: entre os entrevistados, quatro (10%) responderam que produzem coletivamente, um (2,5%) respondeu que produz semicoletivamente e a grande maioria, 35 assentados (87,5%), disseram que produzem individualmente, embora tenham tentado a experiência de produzir coletivamente ou semicoletivamente, sem bons resultados.

Tentamos aprofundar um pouco mais a questão da produção coletiva junto aos assentados, conversamos com o último grupo que havia tentado produzir coletivamente e perguntamos os motivos que levaram o grupo a se desfazer. Foram apresentadas várias alegações: falta de incentivo (devido à falta de estrutura do assentamento), dificuldades em levantar verbas para um planejamento efetivo de produção coletiva, incompatibilidade de objetivos ao se definir qual ou quais as linhas de produção que seriam adotadas pelo grupo e, por fim, a dificuldade em se manter um grupo coletivo dentro de um assentamento que se posiciona individualmente.

Em conversa com “Marcio”, um dos integrantes do grupo coletivo, ouvimos o seguinte relato:

[...] então o que acontece aqui no assentamento é uma contrariedade para mim (silêncio). Veja, a idéia do movimento é produzir coletivamente, mas aqui o pessoal tem muita dificuldade em entender isso[...] Eu praticamente vivo em contradição aqui. Construimos esse grupo coletivo mais a idéia de competir com os grandes acaba com toda a organização coletiva. (silêncio) Veja, temo aqui um pessoal novo[...], uma rapaziada mais com cabeça de fazendero, querem ter equipamento, maquinário, insumo, mas pra produzir de maneira competitiva com os fortão e isso não dá certo mesmo. A gente tava nuns oito [...], de quatro a oito, mas não deu certo de novo vamo vê como fica agora[...].”(Informação verbal)

Como dissemos, esta contradição ainda não está resolvida dentro do MST.

Se, por um lado (ao menos na década de 90), a idéia que circulava pelo interior do Movimento

era a de formar nos assentamentos empresas coletivas, com 200 a 500 produtores, utilizando insumos e máquinas modernas, a fim de competir no mercado capitalista, por outro lado, uma das discussões que se faz hoje é em que medida esta coletivização irá causar destruição ao meio ambiente dentro dos assentamentos. Se a idéia de produzir para concorrer com o mercado capitalista prosperar, então estamos falando de se ter dentro dos assentamentos o mesmo modelo de produção moderna que está vigente, e a agricultura orgânica não encontraria espaço nesse contexto.

Para ilustrar um pouco mais a questão da coletividade neste assentamento, vejamos a tabela seguinte:

Tabela 3 – Infra-estrutura, veículos/maquinários e ferramentas disponíveis para os assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná.

Infra-estrutura, veículos/maquinários e ferramentas disponíveis para os assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná						
	Possui		Não possui		Total	
Infra-estrutura, veículos/maquinários e ferramentas	Nº	%	Nº	%	Nº	%
Carroça/tração animal	3	7,5	37	92,5	40	100
Veículo para transportar a produção de uso coletivo	3	7,5	37	92,5	40	100
Trator de uso coletivo	4	10	36	90	40	100
Trator de uso individual	9	22,5	31	77,5	40	100
Veículo para transportar a produção de uso individual	10	25	30	75	40	100
Água potável	40	100	-	-	40	100
Energia elétrica	40	100	-	-	40	100
Ferramentas: enxada/foice/facão etc.	36	90	4	10	40	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004).

Observe que nove assentados (22,5%) disseram possuir trator de uso individual, mas a maioria, 31 assentados (77,5%), declarou não possuir trator. No uso coletivo aparecem quatro assentados (10%), mas, como já foi dito, esse grupo se desintegrou depois da coleta de dados.

Verificando a tabela, constata-se que, essencialmente, os entrevistados mantêm-se numa posição individual e que existem grandes discrepâncias: a maioria não possui tratores ou veículos para transportar a produção.

Outro dado que chamou a atenção é que apenas três assentados (7,5%) possuem carroça ou animal. Em assentamentos, a força animal sempre foi muito utilizada tanto para serviços de transporte quanto para deslocamentos de pessoas. “Pedro” nos explicou como aqueles que não possuem tratores ou outros veículos resolvem o problema de preparar o solo e transportar a produção : “A genti se vira como pode, né. Quem tem, tem, quem não tem, tem qui se virá ou pedi emprestado pro companhero. Mais o mais que a genti faiz é alugá dos proprietários vizinhos [...]. Aluga o trator, aluga o caminhão [...], o que for preciso.” (Informação verbal)

Outro aspecto interessante encontrado no Assentamento Dorcelina Folador foi quanto à participação da família nos cuidados com a lavoura ou com a criação de animais.

Ao longo deste trabalho, no segundo capítulo, levantamos a problemática do conceito de camponês, sem a pretensão de estabelecer uma definição mais elaborada ou um “novo” conceito de camponês. A idéia era localizar a figura do sujeito principal de todo o processo em questão.

Fizemos então uma abordagem sobre a figura do agricultor familiar e de acordo com algumas características estabelecidas o dimensionamos para a nossa discussão. Nos pareceu pertinente, enquanto pesquisávamos em campo, observar de maneira peculiar se poderíamos “encaixar” a nossa discussão anterior sobre o camponês na realidade dos assentados. De imediato procuramos saber quem auxiliava o assentado nos afazeres cotidiano da propriedade, para percebê-lo enquanto produtor familiar de subsistência.

Dos entrevistados, 77,5% responderam que a propriedade é “tocada” pela ajuda familiar (esposa, filhos, cunhados, genros etc.), 10% responderam que somente ele “toca” a propriedade, sem nenhuma ajuda da família, e um dado interessante: cinco pessoas (12,5%) não responderam esta questão.

Constatamos depois, entre uma observação e outra, um certo receio em responder que a propriedade é “tocada” somente por uma pessoa; o temor reside no fato de se levantar dúvidas quanto à necessidade deste ou daquele assentado de possuir terras para a família, se no entanto somente ele trabalha na terra, enquanto os filhos e a esposa trabalham na cidade para complementar o orçamento familiar.

Pareceu-nos então possível caracterizar os assentados entrevistados do Dorcelina Folador como agricultores a partir de três fatores:

- a) o tamanho da propriedade;
- b) a mão-de-obra predominantemente familiar;
- c) a produção de subsistência e o destino dado ao excedente.

Todos se enquadram no primeiro item, pois o tamanho da propriedade oscilou em 5,4 hectares e 6 hectares; quanto à mão-de-obra, entendemos que a maioria é predominantemente familiar; no item produção de subsistência, resolvemos coletar dados sobre o tipo de cultura ou criação com que cada entrevistado trabalhava; fizemos a tabela abaixo:

Tabela 4 – Produtos cultivados/produzidos pelos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Araçongas-Paraná.

Produtos cultivados/produzidos pelos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Araçongas-Paraná.

Produtos	Nº de Assentados	%
Mamona	1	2,5
Banana	1	2,5
Maracujá	1	2,5
Uva	1	2,5
Batata doce	1	2,5
Batata Inglesa	1	2,5
Trigo	1	2,5
Cana	2	5
Café	2	5
Amora	6	15
Mandioca	3	7,5
Legumes	10	25
Soja	8	20
Hortaliças	20	50
Milho	37	92,5
Feijão	34	85
Arroz	31	77,5

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004)

Observa-se que a grande maioria produz culturas de subsistência: arroz, 77,5% dos assentados; feijão, 85%; milho, 92,5%; as hortaliças (50% e legumes (25%) são para consumo da própria família. Outra constatação é a de que não existem no assentamento linhas de produção definidas (com exceção das culturas de subsistência), o que afasta ainda mais a perspectiva de um projeto de produção alternativa para o assentamento em conjunto.

Observemos agora questões referentes à criação de animais e aves:

Tabela 5 – Criação de animais/aves dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Araongas-Paraná

Criação de animais/aves dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Araongas-Paraná		
Criação de Animais	Nº Assentados	%
Pato	1	2,5
Avestruz	2	5
Peru	2	5
Sericultura(Bicho -da- seda)	3	7,5
Cabra/Cabrito	6	15
Gado	9	22,5
Porco	32	80
Frango/Galinhas	35	87,5

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004)

A maioria dos entrevistados (87,5%) cria frangos para consumo familiar, 80% mantêm criação de suínos e 22,5% cria gado. A rigor, o gado abastece o assentamento de leite e derivados. Encontramos apenas dois casos de famílias que estão experimentando a produção de queijo caseiro para ser vendido no comércio local, com uma produção mínima de 10 queijos por semana.

Encontramos no assentamento dois criadores de avestruzes, fato pouco comum porque se trata de uma criação que exige um investimento mais alto.

Havia também três assentados com a criação de bicho-da-seda. Conversando com um deles, nos explicou que, logo no início, quando se definiam as linhas de produção para o assentamento, acreditava-se ser possível que uma linha fosse a criação do bicho-da-seda, mas como essa cultura exige técnica e razoável investimento, só três famílias continuam se dedicando a ela.

Enquanto colhíamos dados nas diversas visitas ao assentamento, percebemos a presença de várias cabras e cabritos e vimos que seis (15%) da amostra de 40 famílias criam esses animais. A produção também é para consumo próprio, o leite é o

principal fator motivador para se criar cabritos, a carne é consumida geralmente por ocasião de festas.

Observamos que nem tudo o que se produz no Dorcelina Folador é para consumo próprio. O assentado negocia seus produtos com o comércio local, vai à cidade e vende em mercados, quitandas e feiras livres e fica com o dinheiro.

Quanto ao significado da venda da produção do agricultor de subsistência ou familiar: para alguns, se a produção é familiar o excedente não pode ser vendido; se for, está inserido no mercado capitalista e fica descaracterizada a função da propriedade e a natureza de pequeno produtor familiar.

Essa discussão ainda não está superada (principalmente para o próprio MST), mas preferimos adotar a definição de Singer quando diz que:

[...] conjunto de unidades cujo produto se destina predominantemente ao consumo dos próprios produtores[...]. A parcela destinada ao autoconsumo não tem que ser, em princípio, a maior parte, no sentido quantitativo do produto total. Ela tem que ser a parcela decisiva do consumo, ou seja, da subsistência do produtor. (SINGER, 1974, p. 18).

Podemos perceber que, na visão de Singer, mesmo que o produtor vendesse a maior parte de sua produção, ele ainda seria de subsistência, desde que a parte decisiva de seu consumo ocorresse no próprio estabelecimento.

Percebemos a importância em deixar claro nosso entendimento sobre o que seria excedente de produção. Adotamos o conceito de Martins:

O excedente não é o produto que sobra do consumo, mas o produto dos fatores de produção excedentes dos que forem utilizados na subsistência (no caso, a mão-de-obra e a terra com suas pastagens naturais). (MARTINS, 1986, p. 12).

Está convencionado dizer que produtor de subsistência é aquele que vende apenas o excedente de sua produção ou o que sobrasse. Por exemplo, se o produtor colheu 20 sacas de arroz e só utiliza 15 para o consumo de sua família, as outras 5 sacas podem ser vendidas.

Para Martins essa lógica não funciona tão bem assim. Ele compreende como excedente não apenas os produtos, mas também fatores de produção. A família produtora poderia aplicar “as sobras” de sua mão-de-obra e de sua terra na produção de produtos possíveis de comercialização sem acarretar prejuízo à natureza predominantemente familiar ou à característica de produção de subsistência.

No assentamento em foco, constatou-se bem esta situação, que pode ser observada na tabela seguinte:

Tabela 6 – Distribuição do excedente da produção dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná.

Distribuição do excedente da produção dos assentados entrevistados do assentamento Dorcelina Folador, Arapongas-Paraná		
Distribuição/ Destino	Nº assentados	%
Comércio local	30	75
Ceasa – Londrina	4	10
Cooperativa	2	5
Não responderam	4	10
Total	40	100

Fonte: Dados coletados pelo pesquisador (julho de 2004).

Podemos verificar que 75% dos entrevistados vendem o excedente de sua produção no comércio local de Arapongas, 10% vendem no CEASA de Londrina e 5% entregam seu excedente em cooperativas. Com exceção dos quatro assentados que não responderam a esta questão (10%), todos os demais vendem seu excedente, ou seja, 90%.

Nesta questão, concordamos com a abordagem de Wanderley:

“O camponês é forçado a se integrar no mercado: mercado de trabalho, de terras, de produtos e de insumos. É importante observar que esta integração não significa de nenhuma maneira a negação do caráter de subsistência da economia camponesa. Esta se define não pela maior ou menor parcela da produção que é autoconsumida, mas pela natureza mesma da produção. Mesmo que toda esta venha a ser comercializada, a lógica de sua organização permanece orientada para a satisfação das necessidades básicas da família camponesa. Autoconsumo não é, pois, a mesma coisa que subsistência e se esta passa a ser garantida pela expansão de excedente que é comercializado, é porque esta foi a forma encontrada pelo capital para incorporar o sobre-trabalho do campo ao processo global de acumulação.” (WANDERLEY, 1979, p. 540)

Não existe, ao que parece, uma negação da condição de agricultor familiar de subsistência. Podemos concordar, isto sim, com a distinção que Wanderley faz entre autoconsumo e subsistência. Ela fica clara na afirmação de que, mesmo que a produção familiar passe pelo mercado, não deixa de ser essencialmente de subsistência se for orientada para as suas necessidades básicas .

4.4.1 A produção orgânica do assentamento

Como já mencionado, a coleta de dados foi realizada em dois momentos: o primeiro foi para conhecer o perfil dos sujeitos; entre eles seriam localizados e entrevistados novamente aqueles que estivessem produzindo dentro de uma perspectiva agroecológica – esse, o segundo momento.

Com os assentados que produziam dentro de uma matriz alternativa, queríamos verificar quais eram os limitantes que possivelmente impediam ou dificultavam a implantação definitiva ou a manutenção efetiva da proposta agroecológica dentro do assentamento à luz das orientações do MST, que conhecemos no segundo capítulo deste trabalho.

Logo nas nossas primeiras visitas nos deparamos com uma horta bem cuidada, localizada na cabeceira de uma represa, fonte de sua irrigação, mas mantida à base de agroquímicos: (foto1e2)



Foto 1 – Plantação de acelga com uso de agrotóxicos
(assentamento Dorcelina Folador Arapongás Paraná)



Foto 2 – Plantação de repolhos com uso de agrotóxicos
(assentamento Dorcelina Folador Arapongás Paraná)

Após as primeiras entrevistas, verificamos que o assunto da produção orgânica causava constrangimento em algumas pessoas do assentamento, que preferem ter sua

horta no modelo agroquímico, enquanto outros discordam. Além disso, sabíamos que o assentamento tinha sido previsto para ser modelo e referência na linha de produção orgânica do MST, como salientamos no início deste capítulo.

No decorrer das entrevistas e depois de muita observação, constatamos que a própria disposição física do assentamento não favorecia a um projeto alternativo de produção agroecológica: poucas barreiras naturais (arbustos, árvores de pequeno porte, cana, amoreiras etc.) embora isso não impedisse a implantação de um projeto alternativo.

As barreiras naturais servem de proteção para áreas onde se planta sem agrotóxicos e impedem que o vento traga estes produtos químicos de outras propriedades vizinhas. Constatar a presença de barreiras naturais é um sinal modesto de que ali existe uma possível plantação orgânica.

A observação dos aspectos físicos do assentamento nos induziu a uma curiosidade imediata quanto à assistência técnica que possivelmente os assentados recebiam. 87,5% responderam que recebem assistência técnica, 7,5% disseram que não recebem e 5% não responderam .

Nessa questão, percebemos que o assentamento está passando por uma transição. Existe um agrônomo morando há seis no assentamento, ainda em fase de adaptação: ele substituiu um técnico anterior, com quem os assentados tiveram uma experiência frustrada.

Fizemos também uma busca cautelosa por aqueles que estavam trabalhando com produção inteiramente orgânica. Constatamos, porém, que 38 entrevistados (95%) fazem uso de produtos químicos em suas lavouras e na ração de animais e aves em alguma fase do cultivo ou da criação. Apenas dois assentados (5%) responderam que não utilizam produtos químicos em nenhuma fase do processo de produção ou criação animal.

Já tínhamos então mapeado os assentados que responderiam a segunda fase da entrevista. Ficamos curiosos em perguntar se os entrevistados já haviam produzido

orgânicos alguma vez e obtivemos o seguinte resultado: 62,5% nunca produziram orgânicos e 37,5% disseram que já haviam tido essa experiência, uns com mais intensidade que outros.

Aos que responderam terem tido uma experiência com orgânicos fizemos mais uma indagação: quais as maiores dificuldades encontradas? Dos assentados que responderam por escrito selecionamos as seguintes respostas:

- “ Muito mato existenti aqui na propriedade, só veneno pra matá”.
- “ As praga era muitas, só veneno memo [...]”.
- “Não conhecemos tudo sobre os orgânicos e muitas das vezes não sabemos”.
- como tratar as plantas [...]”.
- “Essa região é sem transição de produção orgânica prevalece ainda a monocultura, ou seja estamos sem ambiente que possibilita a produção orgânica, o vento trais o 2-4 D [...]”.
- “fartou assistência técnica em orgânus [...]”.
- “[...]a genti num encontra mercado di venda dos produto orgânico [...] “.
- “Vixi esse solo já ta contaminadu tem jeito não [...]”

Perguntamos a todos o que achavam dos produtos orgânicos. A maioria (32 – 80%) disse que os orgânicos são bons para a saúde; um (2,5%) disse não ter conhecimento para poder opinar; dois (5%) responderam que os orgânicos são necessários, ótimos e adequados para a sociedade moderna; outro (2,5%) acredita que os orgânicos são saudáveis; um único (2,5%) disse que os orgânicos não agridem a natureza em seu processo de cultivo; e três (7,5%) não quiseram responder.

A resposta que nos chamou a atenção em especial foi a do assentado que disse que não tinha conhecimento suficiente sobre orgânicos para poder opinar. Perguntamos a todos o que sabiam sobre transgênicos, achando que poderiam ter bom conhecimento, visto que o MST tem se posicionado claramente contrário aos transgênicos, inclusive orientando

seus acampados e assentados a não produzirem com sementes transgênicas. Encontramos, entre outras, estas respostas:

- “Fais mal pra saudi [...]” .
- “Sou contra, faz mal [...]”
- “São geneticamente modificados [...]”
- “[...] eu num acho nada [...].”
- “Não existe segurança né, aumenta a dependência com as grande empresa [...].”
- “vejo qui é neessaro [...]”.
- “ Podi até di traze benéfico mais tem di estuda mais [...].”
- “Sô a favor armenta a prudução se livra dos bicho acho bão [...]”.
- “É a semente que é um vegetal colocam célula de animal nessa cemente é uma violação ao processo natural.”

Observe-se que o entendimento da maioria é precário, o que nos leva a refletir de imediato que a forma de orientação tanto sobre transgênicos quanto sobre produtos orgânicos não foi suficiente para deixar o assentado devidamente informado.

Como já assinalamos, das 40 famílias entrevistadas, apenas duas trabalham na produção de orgânicos. Era preciso verificar como se desenvolvia sua prática.

Visitamos então a propriedade do primeiro assentado, a quem chamaremos de “A”. Notamos logo que o assentado plantou ao redor de sua propriedade árvores e arbustos, certamente como forma de contenção de agentes químicos vindos de propriedades vizinhas, que poderiam ser trazidos pelo vento.

“A” faz um plantio diversificado. Tem amoras, parreiras, uma pequena horta (com couve, almeirão, salso e cebolinha), algumas plantas medicinais (boldo-do-chile, erva-cidreira, hortelã, losna), bananeira e batata-doce.

Perguntamos a ele quem o auxilia na lavoura e ele disse que apenas sua mulher. Dos dois filhos, um é servente de pedreiro na cidade e o outro trabalha para fazendeiros vizinhos, como bóia fria. Ambos ajudam nas despesas da casa.

A casa da família é de alvenaria e ainda não está terminada. Tem dois quartos, uma sala pequena, uma cozinha também pequena e banheiro. Possui luz elétrica e a água vem das minas que formam uma represa e é “puxada” por duas bombas.

Observamos que, com 63 anos, “A” tem uma aparência muito sofrida. Suas mãos e as pontas dos dedos apresentavam feridas. Perguntamos que doença era aquela e ele informou que era ácido úrico. Havia contraído a doença depois de passar por um processo de estresse muito grande, quatro anos atrás.

“A” morava em outra fazenda, na região de Reserva, Norte Pioneiro do Estado, e já estava

“com tudo pronto, a casa, a lavoura formada pronta pra coiê ,criação de galinha no quintal, quando tomamo despejo e aí tive que saí eu mais a muié e os fio e só saímo com as roupa do corpo, pedêmo tudo tudo... (silêncio e lágrimas nos olhos). Ficamo na bera da estrada sem nada, nem a coieta eu fiz”. (Informação verbal)

Disse ele que esse episódio o deixou com os “nervos abalados” e a doença tomou conta. Eles foram para outra área acampada e lá ficaram sem nada por mais sete meses, até que ele foi convidado por um amigo e liderança do Movimento e ir para o Dorcelina Folador. Ele fez esse relato da seguinte maneira:

“[...] tudo tava perdido, não tinha mais vontade de vivê [...] só lembrava da minha rocinha (silêncio) a muié se consumia de ver os fio naquele estado, eu (silêncio) é difíci até di lembrá [...] Mais um dia o Renato, que é esse otrô companhero que também trabaia orgânico, ele era da coordenação e um dia ele me falô que ia me arranja um otro pedacinho de chão. Acho que ele ficô com dó de mim [...] Aí um dia ele chegô e falô: Ari, seu pedaço de terra tá lá em Araponga, no Dorcelina. Fiquei mudo, sem fala, num sabia se chorava se ria, oiei pra muié, pros fio e agradeci a Deus e aí queria pegá as coisa naquela ora mesmo. [...] Sei lá, fiquei doído, foi aí que cheguei aqui, graças a Deus” (tirou o boné e olhou para o céu). (Informação verbal).

Perguntado sobre o porquê da sua opção por produzir orgânicos, “A” informou que vem estudando o assunto há um bom tempo – quando estava em sua propriedade anterior (a que foi desocupada), ele participava dos cursos de formação em agroecologia oferecidos pelo MST e decidiu experimentar.

Nos cursos, aprendeu que ”produzi orgânico é respeitá a natureza divina, esse é o futuro. Quem tivé fora disso não vai sobrevivê no campo [...]”. (Informação verbal).

Perguntamos se ele recebia assistência de algum técnico do Movimento ou agrônomo especialista em produção orgânica, a resposta foi negativa, só tratava com o agrônomo que mora no assentamento. Segundo sua explicação, “[...] o agrônomo é novo aqui, tá ainda que conhecono tudo, se adapitano. Mesmo ele seno do Movimento, precisa se ambientá aqui. Então vô tocano sozinho com aquilo que aprendi [...]”. (Informação verbal).

Continuamos interessados em saber se alguém do MST lhe vinha proporcionado algum tipo de assistência específica para a produção de orgânicos, quanto a técnicas de manejo do solo, adubação verde, controle de pragas etc. Ele disse que existem orientações do MST no plano regional, estadual e nacional quanto ao planejamento de ações que serão tomadas em relação ao orgânico, mas que no assentamento não tem havido um trabalho intenso para a implantação do plantio orgânico. Observamos uma certa cautela ao responder questões que exigiriam analisar as ações do Movimento.

Lembramos a ele que no início do assentamento a propriedade foi considerada em boas condições para a implantação de um projeto alternativo, com dois pivôs de irrigação, a que a coordenação pretendia transformar o assentamento em modelo de produção alternativa para o Brasil, voltado inteiramente para a agroecologia, inclusive construindo ali um centro de formação em produção orgânica para os filhos dos agricultores.

Sua explicação para essa questão contribuiu muito para aumentar nossa compreensão do problema:

Óia, nós num conseguimos foi o técnico especialmente pra conviver com nós, temo dificuldade em receber o salário dele, então esse é o maior problema pra nós. Agora, se tivesse por exemplo a universidade apoiar nós [...] trazer pra cá [...] pra mudar o perfil nosso [...] o pessoal que tem interesse pra dar continuidade [...]. (Informação verbal)

Outra observação dele é a de que seus companheiros assentados não possuem uma base de formação em orgânicos:

“(...) precisa de técnico. Por exemplo, eu tenho uma boa formação orgânica, uma boa... Tenho lido, mais os outros não tem (...) Precisaria ter o mesmo padrão que eu tenho (...) Teria que ter porque daí você iria pegando, gerando consciência, né. Assim nós tá indo na mesma linha do fazendeiro (...) Na nossa pequena propriedade não tem como competir com a grande propriedade, nem nós competir com o fazendeiro. E daí nós só vamos colocar veneno, vamos colocar veneno e só danar o lucro pra empresa. O nosso lucro vai pra empresa. Nós não ficamos com esse lucro, então se nós trabalhamos com aquilo (...) pimentinha, fazemos veneno pra vaquinha, pro percevejo, pro monte de coisarada, você reduziria os custos (...)”. (Informação verbal).

Além da questão técnica, resumimos no quadro número 1 as principais dificuldades encontradas pelo assentado entrevistado “A” para produzir orgânicos:

Dificuldades encontradas pelo entrevistado “A”
<ul style="list-style-type: none"> ● Falta de assistência técnica especializada para produção de orgânicos. ● Planejamento insuficiente da coordenação do assentamento para a implantação de orgânicos. ● Falta de definição de uma linha de produção específica para orgânicos. ● Falta de recursos para implantação efetiva de uma proposta agroecológica no assentamento. ● Dificuldade de mercado para a venda de produtos orgânicos. ● Fragilidade dos assentados nos níveis cultural/educacional para compreenderem o alcance da proposta de implantação de orgânicos no assentamento. ● Deficiência do MST na orientação e acompanhamento das discussões sobre orgânicos no assentamento.

Quadro 1 – Dificuldades encontradas na produção de orgânicos no assentamento Dorcelina Folador – Araçongas – Paraná - na opinião do entrevistado “A”.

Entre esses itens, verificamos que a questão do planejamento interno do assentamento, a falta de uma profunda discussão sobre a implantação de linhas de produção

orgânicas é a que mais emperra o processo, pois sem discussão a proposta não pode amadurecer.

Outra grande barreira, na visão do entrevistado “A”, diz respeito ao investimento financeiro. Isso realmente é preocupante, na medida em que compreendemos que, no período de transição para a efetivação da proposta de orgânicos, essas culturas não produzem como as tratadas com agentes químicos, em tempo recorde e em grande quantidade.

Enquanto o processo de produção orgânica vai se efetivando dentro do assentamento, como o assentado irá sobreviver? Há necessidade de dinheiro para a manutenção do assentado e de seus familiares enquanto se estrutura a lavoura orgânica.

Ainda no quadro aparecem duas dificuldades selecionadas pelo entrevistado “A” que, a nosso ver, se completam: na visão dele, a “fragilidade” no nível cultural e educacional dos assentados não permite num primeiro momento que visualizem as perspectivas positivas da lavoura orgânica tanto para a qualidade de vida no próprio assentamento quanto no que diz respeito aos produtos que seriam oferecidos ao mercado. É difícil para eles visualizar o “mercado”, ficam preocupados em não ter onde vender os produtos orgânicos, que geralmente são mais caros que os não orgânicos.

A questão cultural fica explícita, pois nos acostumamos a uma certa idéia de qualidade de produtos agrícolas que está relacionada a: produtos maiores, bem desenvolvidos, de cores vivas, com grande produção etc. Na verdade, é a “superficialidade” das aparências que foi construída em nossas mentes. Não vamos aprofundar muito este aspecto, mas cremos que o importante aqui é ressaltar a imagem supervalorizada com que os produtos não orgânicos foram “vendidos” para nós.

Por mais que tenham sido selecionados os assentados do Dorcelina Folador, é preciso compreender que onde se tem pessoas vindas de várias regiões do Brasil, com

culturas, crenças e ignorâncias específicas, certamente os limites pessoais de cada um teriam influência no esforço para a mudança de paradigma da lavoura química para a ecológica.

Tudo o que é novo gera resistências no primeiro momento. Imagine dizer ao assentado que manejou a lavoura com produtos químicos a vida inteira, que ele pode matar as pragas de sua horta com produtos extraídos da própria natureza ou com o uso de técnicas que podem trazer o mesmo resultado que um defensivo agrícola (embora dêem mais trabalho). Sua descrença no processo de ecologização de lavouras seria um grande obstáculo.

Percebemos também que a conscientização via Movimento seria o caminho a ser percorrido para encurtar a distância do discurso ecológico para a sua prática cotidiana. Aqui estamos falando de um período de transição necessário para que o projeto amadureça, o que também foi apontado pelo nosso entrevistado “A” quando afirmou que existe uma “deficiência” do MST na orientação e acompanhamento da proposta orgânica.

Por fim, nosso entrevistado “A” tem suas convicções e ele mesmo estabelece a sentença ao afirmar que:

“[...] nos próximo mais o menos deiz ano quem trabaia só no químico não vai suportá [...] esse é o futuro, os orgânico é o futuro, ou se abraça isso ou se apeia dela. Vamo vê quem vai sobrevivê [...] Penso que quem tivé no orgânico, esse vai sê o escolhido para vendê seus produto, o resto fica pra trais [...]”. (Informação verbal).

Depois da entrevista do assentado “A”, fomos conversar com o outro assentado que tem uma experiência bem mais concreta em produção diferenciada, a quem chamaremos entrevistado “B”. Ele exerce um papel de liderança no assentamento e é respeitado pelos demais assentados por sua história de dedicação às causas do MST.

O caminho das negociações para que pudéssemos entrar no assentamento e coletar nossos dados passou por esta liderança. Foi “B” que, além de nos permitir pesquisar no assentamento, viabilizou nossa participação nas assembléias mensais dos assentados.

De voz mansa mais firme, com traços físicos expressivos e olhar compenetrado, pouca fala e ar de quem está sempre pronto a defender seus princípios de vida e do MST, “B” começou respondendo sobre sua moradia, uma bonita casa de alvenaria, espaçosa e bem planejada. Ele contou que desenhou o projeto inspirado pela casa de sua irmã, que mora em outra cidade e não participa do MST.

Perguntamos a razão de sua opção em produzir produtos orgânicos e ele disse:

“ [...] já vem esta construção de tempos . A discussão de orgânicos dentro do movimento não é recente e sempre tive interesse em melhorar a qualidade daquilo que como. [...] sempre estive na condição de liderança militante, sem morada nem parada e sempre tive comigo que quando eu resolvesse me assentar trabalharia em um projeto que fosse todo voltado para a agroecologia [...]”. (Informação verbal)

Soubemos que “B” foi uma das lideranças que organizou a ocupação na então Fazenda São Carlos, que viria a transformar-se no Assentamento Dorcelina Folador. Perguntamos então por que a proposta inicial de instalar ali um assentamento modelo em agricultura orgânica não prosperou e como ele percebia a atual fase do assentamento:

Na verdade eu vivo esta contradição não só teórica mas pessoal [...] A proposta do Dorcelina era sermos referência para todo o Brasil, inclusive tendo aqui um centro de formação em agroecologia para os filhos dos companheiros assentados e os filhos dos pequenos agricultores de toda a região, mas isso não ocorreu por diversos motivos (silêncio), entre eles a idade do assentamento. Veja você, temos apenas quatro ou cinco anos de assentamento, é tudo muito recente ainda, nem a paisagem do assentamento nós conseguimos deixar do nosso gosto e a própria seleção, junto com as decisões que tomamos em assembléia e temos que acatar (risos). Mas é isso, que mais você quer saber ?[...]”. (Informação verbal)

Aproveitamos o momento para indagar sobre a questão da assistência técnica especializada para orgânicos e pedimos que traçasse um panorama do assentamento:

Bem, o assentamento é isso que você está vendo aí, a maioria trabalhando com agroquímicos, eu e o [...] tentando sobreviver com uma produção diferenciada [...] A gente até tem um grupinho de uns seis interessados em estabelecer uma linha de produção alternativa, vamos ver mais pra frente como isso vai acontecer. Quanto a assistência técnica, antigamente tínhamos um outro agrônomo. Aí os companheiros resolveram plantar grãos e tivemos alguns problemas [...] Agora temos um outro aí (silêncio). Esse tá morando aqui no assentamento, é um rapaz novo do próprio Movimento, ele dá a assistência conforme a gente pede, nada muito específico para agricultura orgânica. [...] Tem alguns dias que ele vai pra Maringá, ainda está se estruturando aqui. Tem a questão de recebimento do salário dele, é [...] ainda tá se acostumando com tudo. E quanto ao assentamento, como já te falei é muito novo ainda, tem chão pra gente se achá, o que nós precisamos é definir melhor que linha de produção vamos seguir [...]”. (Informação verbal).

Deduzimos que em algum momento o assentamento se perdeu em sua trajetória. Isso ficou mais visível na fala do nosso entrevistado. A idéia inicial era estabelecer uma linha de produção voltada para os orgânicos aproveitando a estrutura do assentamento, fato que não se concretizou. Notamos que ficou para o nosso entrevistado a sensação de frustração, mas não de desesperança, tanto que ele vem buscando organizar, como informou, “um grupinho” de uns seis.

Observamos na propriedade de “B” a existência de piquetes de tela (espaço reservado cercado por tela, cerca de madeira ou arame). Pedimos que ele comentasse conosco em que consistia sua produção orgânica e descobrimos que ele mantém uma criação de frangos/galinhas sem utilizar produtos químicos na ração ou em remédios. As aves são alimentadas pela própria pastagem verde dentro dos piquetes.

Ele tem dois barracões onde as aves são divididas por idade: pintinhos, frangos e as poedeiras. Perguntamos onde ele vende as aves:

[...] a maioria aqui mesmo, dentro do assentamento, a sete reais, o restante vendo lá em Londrina. Vou toda terça-feira para Londrina e aproveito para vender minhas galinhas orgânicas (risos). E olha que eu vendo muito lá na Universidade, quem compra vira freguês, a textura e sabor da carne é diferente dessas que você compra em açougue. Tenho muitos fregueses, é mais freguês do que frango, tenho às vezes que anotar até encomenda [...]. (Informação verbal).

Percorremos a propriedade e verificamos que as aves não são de porte muito grande, mas têm aspecto sadio e são mantidas em piquetes com espaço para circularem: (Foto 3 e 4 .



Foto 3 – Criação de galinhas diferenciada sem uso de ração química (assentamento Dorcelina Folador Araongas Paraná)



Foto 4 – Espaço para circulação de galinhas com criação diferenciada (assentamento Dorcelina Folador Araongas Paraná)

Observamos ainda a área de pastagem das galinhas sem uso de ração química e que no interior do barracão as mesmas são divididas por ordem de tamanho: (Foto 5 e 6)



Foto 5 – Pastagem para criação de galinhas sem ração química (assentamento Dorcelina Folador Araongas Paraná)



Foto 6 – Interior do barracão dividido por piquetes (assentamento Dorcelina Folador Araongas Paraná)

Encontramos perto dos piquetes das aves um porco sendo mantido em cativeiro: (Foto 7)



Foto 7 – Criação de suíno com ração orgânica (assentamento Dorcelina Folador Araongas Paraná)

Constatamos também que o animal é tratado “organicamente”; em seu chiqueiro não havia as tradicionais “lavagens” com restos de alimentos, mas uma mistura de cana-de-açúcar com espigas de milho também produzidos de forma diferenciada.

Pedimos que o entrevistado “B” identificasse suas principais dificuldades como produtor orgânico, considerando inclusive a sua relação com o assentamento, e as respostas estão no o quadro 2, que segue:

Dificuldades encontradas na opinião do entrevistado “B”

- Falta de linhas de produção planejadas.
- Organização interna insuficiente para implantação do projeto de produção orgânica.
- Falta de assistência técnica especializada.
- Falta de recursos para que os assentados possam implementar as experiências com a produção orgânica, respeitando a fase de transição.
- Pouco espaço no mercado para a venda de produtos orgânicos.
- Falta de barreiras físicas que possam impedir o vento de trazer produtos químicos das propriedades vizinhas para as plantações orgânicas.
- Dificuldade dos assentados em romper com o paradigma da agricultura moderna capitalista.

Quadro 2: Dificuldades encontradas na produção de orgânicos no assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas-Paraná, na opinião do entrevistado “B”.

Observamos que as dificuldades encontradas para a efetivação de uma proposta de produção na perspectiva agroecológica, na opinião de nosso entrevistado “B”, são bem semelhantes às relatadas pelo entrevistado “A”.

O entrevistado “B” aborda a questão da falta de linhas de produção definidas, que havíamos percebido durante as visitas e entrevistas que realizamos no assentamento, pela quantidade de assentados com produção variada. Quase todos os assentados plantam culturas de subsistência e cada um produz conforme a sua disposição, sem que haja um planejamento coletivo.

O que não nos pareceu muito claro foi a verdadeira vocação do assentamento, em quais linhas de produção além da subsistência o coletivo poderia investir ou pleitear recursos. Concordamos que um passo certo para iniciar a transição da agricultura moderna (química) para a agricultura orgânica é a definição transparente de uma ou mais linhas de produção estrategicamente planejadas, respeitando a realidade do solo, o clima e, principalmente, tendo claro quais culturas são as mais propícias para o mercado da região.

A inexistência de recursos financeiros emperra toda a seqüência de discussões estabelecida no assentamento, na medida em que se torna uma desculpa para

umentar a rejeição à produção orgânica: “não vamos investir em orgânicos porque não temos dinheiro para subsidiá-los” (Informação verbal), ouvimos muito nas entrevistas. As questões do planejamento e da organização interna também eram apontadas como limitantes que impedem a efetivação da proposta agroecológica.

Vinculada a esse processo que se torna “vicioso”, está também a questão da assistência técnica especializada, sem a qual a lavoura de orgânicos pereceria.

O prejuízo financeiro expressado na perda da lavoura para o assentado teria o mesmo efeito que o desemprego para o pai de família na cidade. Além disso, outro agravante que na concepção dos assentados contribui para o receio em se investir na lavoura orgânica é a venda dos produtos. O próprio “B” fala dessa preocupação ao assinalar as dificuldades, e acrescenta:

[...] Veja, toda a cultura de consumo que temo é montada nas aparências, e você sabe que o orgânico, seja animal, vegetal, folhas ou fruta tem uma aparência que não supera o químico, os produtos à base de pesticida, inseticida e conservantes são mais apresentáveis, até demonstra ser mais saudável. [...] Então até no preço a concorrência é diferenciada para o orgânico, hoje um dos maiores problemas é onde comercializar os orgânicos com margem de preço que possa garantir um certo lucrinho para o pequeno agricultor, isso sim é preocupante. Temos aqui um assentado que trabalha com horta somente na base de produtos químicos. São hortaliças lindas, mas na verdade são veneno puro. Mais a tal da aparência e o tempo de produção, como trabalhar esse agricultor acho [...] é, acho que isso nós tínhamos que refletir mais [...]. “ (Informação verbal).

A idéia de lucro entre os assentados também está presente, embora tenha uma dimensão um pouco diferente da do grande produtor, seria um equívoco negar isso. Infelizmente, as limitações desta pesquisa nos impedem de aprofundar nesta questão, mas temos que considerar que o assentado está inserido no mesmo contexto capitalista, mesmo ele sendo do MST ou de qualquer outro movimento social, as influências do capital o atingiriam, os paradigmas foram construídos e romper com isso não nos parece tarefa fácil.

Então concordamos com o entrevistado “B” quando afirma que considera esta questão – assentado X capital – um limitante para a implantação de uma linha

diferenciada de produção no Assentamento Dorcelina Folador. Percebemos que ele (o entrevistado) enfrenta alguns embates internos em defesa da proposta agroecológica para o assentamento.

Romper com o paradigma da sociedade moderna capitalista, ainda mais na agricultura, onde tudo é lucro e tempo é dinheiro, exige uma estrutura de conscientização a médio/longo prazo e não ficou muito claro para nós se o MST conseguiu avançar no sentido de “quebrar” com o paradigma moderno da Revolução Verde no que diz respeito a um projeto amplo, único e permanente de agricultura ecológica dentro dos assentamentos.

Talvez uma avaliação de entrelinhas utilizada pelo nosso entrevistado “B” possa nos auxiliar um pouco mais :

[...] fizemo o que foi possível no início, estamos sempre discutindo e provocando a discussão entre a companherada, temo aí um grupo como já te falei de uns seis e queremos tentar. [...] Aqui é preciso mudar até o aspecto visual de nosso assentamento, plantando as barrera e se preparando o futuro. É isso aí [...] vamos ver como fica, né? (risos) Mas não é fácil não [...]. (Informação verbal).

Entendemos a partir de nossas observações que existe muita vontade por parte de nossos dois entrevistados identificados entre as 40 famílias como produtores orgânicos, percebemos a precariedade com que buscam a mudança dentro do assentamento, é quase uma luta isolada, mas não percebemos em nenhum instante a desesperança ou o desânimo. Muito pelo contrário, ficou visível para nós que, embora sejam apenas dois assentados, a disposição em lutar por um projeto de produção alternativa (agroecológico) dentro do assentamento é grande e esperamos que isso realmente ocorra.

A intenção deste capítulo foi apresentar nossos procedimentos metodológicos e apresentar os dados colhidos, analisados e discutindo os resultados.

Nas próximas páginas faremos as considerações finais, tendo como referência as falas de nossos entrevistados e as observações que fizemos a respeito do gestual dos assentados e do aspecto visual do assentamento.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

A primeira grande conclusão que se impõe, após a apresentação e discussão dos dados coletados no Assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas-Paraná, é sem dúvida aquela que aponta para o caráter inacabado deste trabalho.

Não poderíamos ter a pretensão em dar a nossa reflexão por terminada. Sabemos que é preciso fazer muito mais observações sobre o cotidiano dos assentamentos organizados pelo Movimento dos Trabalhadores Rurais Sem Terra – MST.

Já havíamos assinalado, no terceiro capítulo, que o Assentamento Dorcelina Folador vive em movimento: em cada visita encontrávamos uma situação diferente, o que quase nos desesperava, pois não tínhamos clareza sobre a dinâmica do seu funcionamento.

De desesperados logo passamos à condição de “apaixonados” pela riqueza da convivência com os assentados, que em sua simplicidade nos marcaram com uma verdadeira aula de exercício político e consciência de sua real situação diante dos grandes temas da sociedade moderna.

Quando escolhemos desvendar os “mistérios” de um assentamento rural forjado pela luta e resistência de brasileiros e brasileiras que, cansados da exclusão social, decidem entregar a própria vida, se necessário, por um pedaço de terra para sustentar sua família, não imaginávamos quanto poderíamos aprender e melhorar não só na nossa condição de aluno de pós-graduação, mas principalmente como “gente”.

Sabemos que poderíamos ter avançado mais na construção teórica deste trabalho, ampliando o leque de possibilidades científicas, mas acreditamos que existe um tempo a ser cumprido e que esse tempo conspira contra nós, que queremos nos “deliciar” cada vez mais com aquilo que vamos encontrando em nossa pesquisa.

A segunda grande conclusão está relacionada ao objetivo de nosso trabalho, que era de “apanhar” o momento real do discurso encampado pelo MST em defesa do desenvolvimento rural sustentável.

Quisemos localizar a construção desse discurso e comparar com o cotidiano dos assentados para verificar em que medida isso se realiza na prática. Para essa segunda parte escolhemos o Assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas-Paraná, por ter tido, o MST, a intenção de transformar esse assentamento em referência na produção de orgânicos, inclusive implantando ali um centro de formação em produção agroecológica para filhos de pequenos agricultores e demais assentados.

Essa pesquisa nos esclareceu que toda retórica discursiva do MST quanto a produção orgânica voltada para o assentamento Dorcelina Folador não se efetivou, na medida em que a idéia de um assentamento modelo não foi considerada como projeto real para a implantação. Neste caso as ações ficaram no nível do discurso sendo que a prática não encontrou estrutura capaz de proporcionar a realização da idéia inicial em transformar o assentamento Dorcelina Folador em referência no Brasil em produção orgânica.

Era preciso estabelecer um caminho metodológico que nos garantisse as informações necessárias para a localização discursiva do MST em prol de uma agricultura ecologicamente correta versus a prática cotidiana no assentamento e foi com o estudo de caso que reunimos informações qualitativas e quantitativas para embasar nossa reflexão.

Sabíamos que teríamos de enfrentar ainda problemas de ordem política e estrutural para chegar ao nosso objeto de pesquisa – desde a locomoção para o assentamento até a aceitação dos coordenadores locais em nos receber na qualidade de pesquisador. Outro desafio era firmar empatia com os nossos entrevistados, sem passar a impressão de que estávamos ali para coletar informações que pudessem, mais tarde, prejudicar a imagem do MST. Muito trabalho de bastidores foi realizado junto as lideranças do Movimento para que

podéssemos ter acesso aos assentados sem correr o risco de apenas conseguirmos informações “mascaradas”.

Uma ilustração dessa ameaça está na fala de um assentado que chamaremos de “Rodrigo”:

[...] aqui nós fala aquilo que queremos falá, deis que não prijudique nós. As veiz a genti responde uma coisa nu lugar da outra, se fingi di desintendido (risos). O negócio é não si cumpricá [...] “(Informação verbal)

Tivemos que rever a nossa própria atitude como pesquisador para não incorrer em alguma leitura equivocada por parte dos assentados. Concordamos com Haguette quando afirma que:

[...] os pesquisadores, na maioria vinculados a universidades, são muitas vezes percebidos como indivíduos sofisticados e de alta educação, o que pode criar uma reação de defesa por parte dos entrevistados. Dependendo do tipo de percepção, os entrevistados podem recorrer a mecanismos de defesa, tais como: colaboração aparente, recusa em responder, silêncios ostensivos, desvios no direcionamento da entrevista, “esquecimento” protetivo, ou mesmo preparando-se de antemão para a entrevista através de informações colhidas junto a outros entrevistados anteriormente.[...]”(HAGUETTE, 2003, p. 91)

Em se tratando de assentados vinculados ao MST, a prática acima citada pode ocorrer se não se estabelecerem negociações prévias junto aos coordenadores locais do assentamento. Por isso, procuramos respeitar todos os limites impostos a nós tanto pelo MST quanto pelos coordenadores do assentamento, para que a coleta de dados não fosse prejudicada.

O que conhecíamos de concreto ao visitar o assentamento era a delimitação teórica do MST em relação ao desenvolvimento rural sustentável. Nossa leitura abrangeu desde documentos oficiais do Movimento sobre a preservação ambiental dentro dos assentamentos e acampamentos até entrevistas do líder nacional do MST, João Pedro Stedile, para jornais, revistas ou programas de TV dando conta de sua posição contrária ao modelo de

maximização lucrativa respaldado na Revolução Verde, que depende do uso intensivo de produtos químicos na lavoura.

A oposição do MST aos transgênicos, expressada em diversos momentos, também nos fazia supor que este tema já pudesse ter sido debatido no assentamento em que pesquisariamos. Instigava-nos saber como estes discursos ecoavam entre os assentados.

De posse dos resultados das entrevistas e considerando todas as informações coletadas durante a pesquisa (escritas, faladas ou apenas observadas nos gestos e comportamentos dos entrevistados), constatamos que ainda existe uma dificuldade de entendimento por parte dos assentados entrevistados quanto as questões referentes à produção agroecológica enquanto prática cotidiana segundo a própria sugestão do MST.

Entendemos que a inexistência de um debate permanente dentro do assentamento a respeito de questões cruciais da agricultura brasileira, como transgenia, clonagem, uso de adubação química, uso de insumos ecologicamente corretos versus uso de pesticidas, domínio de técnicas de produção menos impactantes para o solo, linha de produção alternativa (orgânicos) definida, entre outros, gerou variáveis limitantes para a implantação efetiva de uma proposta de produção diferenciada no Assentamento Dorcelina Folador.

Definimos como variáveis limitantes aqueles fatores estruturais (locais, regionais, ou nacionais) que não são suficientemente “digeridos” no assentamento (ou pelo MST) e que acabam contribuindo para que a proposta agroecológica não seja implantada. Destacamos as quatro principais variáveis limitantes identificadas no Assentamento Dorcelina Folador:

a) Ausência de um projeto em produção orgânica

Como salientamos no capítulo 3, o Assentamento Dorcelina Folador passou por experiências de produção diversas em seus cinco anos de existência: produção coletiva, semi-coletiva e agora individual. Estas questões ainda não estão bem resolvidas dentro do assentamento.

Constatamos que uma das maiores dificuldades no assentamento Dorcelina Folador além das descritas acima, a ausência de planejamento de um projeto concreto em agricultura orgânica. Embora exista todo um discurso do MST nacional os assentados em nível local ficam sem assistência efetiva capaz de permitir a real possibilidade de implantação de um projeto agroecológico.

Entendemos também que se faz necessário a otimização de um planejamento interno capaz de “capturar” as dificuldades de organização interna na sua íntegra. Concordamos com (CALZAVARA, 2004 p.110) ao dizer que:

O planejamento pode ser um instrumento eficaz para o desenvolvimento se conduzido com racionalidade, garantindo a participação dos agricultores durante todo o processo. Por sua característica de ser um processo de constantes reajustes periódicos leva à maior racionalização no uso dos recursos, tendendo à homeostasia do sistema, no sentido do equilíbrio dinâmico, tanto em nível de uma unidade produtiva do setor rural, ou em um assentamento de agricultores, bem como na otimização de potencialidades de uma determinada região.

Percebemos claramente a inexistência de um planejamento de ação entre a coordenação do assentamento e os assentados o que dificulta ainda mais a viabilização de uma possível proposta agroecológica para o assentamento Dorcelina Folador.

b) Dificuldade dos assentados em romper com o paradigma da agricultura moderna

Em várias conversas percebemos o quanto ainda está presente entre os assentados a idéia de produzir para abastecer o mercado. De fato, trata-se de uma discussão já travada por diversos teóricos que estudam o MST. Qual deve ser o destino da produção do assentado, ele deve ou não negociar com o mercado o excedente de sua produção? Já falamos sobre isso no capítulo 3.

Na verdade não se pode negar a presença do mercado capitalista em todas as instâncias da sociedade, até porque esta se põe de forma capitalista e estamos todos inseridos nela. O que entendemos como prejudicial para o processo de implantação e manutenção de produtos orgânicos no Assentamento Dorcelina Folador é a mentalidade de produzir o máximo no mínimo de tempo, mesmo que para isso seja preciso usar insumos químicos indiscriminadamente.

A lavoura orgânica tem outras peculiaridades muito diferentes das outras. O próprio aspecto físico de um produto orgânico é diferente do químico, um tomate orgânico é bem menor e menos vermelho que um tomate estimulado quimicamente; este, para o consumidor desavisado, é que transmite a sensação de ser saudável, quando a verdade é o contrário.

Notamos, enfim, nos assentados o desejo de produzir bastante para ter mais lucro e poder ampliar sua produção, até mesmo adquirindo outras terras, como pode ser ilustrado por esta declaração de “Eliseu”:

[...] a gente tem a preocupação em manter uma lavora bem cuidada, longe de praga e doenças, aí a produção é maior, o produto tem um aspecto maior, quanto mais se produz aumenta nossa chance de ter um dinheirinho a mais, quem sabe até poder adquirir um pouquinho mais de terra e aumentar a produção [...]” (Informação verbal)

c) Mercado para produtos orgânicos

Outra alegação que ouvimos muito durante as entrevistas é a preocupação com o destino da produção de orgânicos, conforme já mostramos no item anterior.

A primeira preocupação que surge é com o preço (mais caro que o dos produtos das culturas tradicionais) e em encontrar compradores para os produtos orgânicos. De fato, o mercado para produtos orgânicos é restrito, não se comercializa orgânicos com a mesma facilidade dos outros e isso representa um desestímulo, pois significa risco de prejuízo.

d) Falta de formação técnico-educativa específica para a produção agroecológica

A questão da formação técnico-educativa específica para uma linha de produção diferenciada é bastante séria. Parece-nos claro que, sem um acompanhamento técnico específico, é difícil implantar uma proposta agroecológica e não há razões para acreditar que ela alcance o sucesso.

Todo assentamento que faça um planejamento consistente e defina linhas de produção respeitando a vocação local precisa de acompanhamento técnico que dê suporte ao assentado na hora das dificuldades próprias do trabalho na lavoura, como diante do ataque de pragas ou doenças.

A formação técnico-educativa deve ser uma constante no assentamento, não só para dar aos assentados maior autonomia na compreensão dos problemas que afetam a lavoura, como por causa do fato de que a produção agroecológica extrapola barreiras e envolve a questão da educação ambiental.

A questão passa ainda por outro crivo: o da responsabilidade ambiental e o de buscar a sustentabilidade no âmbito local, deixando para trás a mera preocupação com o destino comercial dos produtos produzidos e acrescentando uma preocupação maior com a vida. O assentado utilizará de outras técnicas em sua produção com a consciência de que isto contribuirá para a manutenção da vida em todos os seus níveis (animal, vegetal e humano).

Isso ficou bem claro para nós durante a pesquisa, quando constatamos a dificuldade dos assentados em compreender os conceitos básicos da produção ecologicamente correta e diante da alegação deles (e estão cobertos de razão) de que, sem uma assistência adequada, dificilmente conseguiriam avançar em formas alternativas de produzir.

Observe-se que não estamos falando de uma assessoria técnica apenas, seria necessária uma formação técnico-educativa permanente entre os assentados, que lhes garantisse maior autonomia no cultivo de suas lavouras e possibilitasse a construção de um projeto real para o assentamento em produção orgânica.

Em outras palavras, estamos falando de produção orgânica consciente e não apenas para “fazer bonito” na mídia, melhorando a imagem do Movimento diante da sociedade que já o acusa de agredir o meio ambiente em suas ocupações.

Finalizando, queremos acrescentar que toda mudança exige um tempo de maturação e transição. Concordamos com Costabeber e Caporal (2003) quando afirmam que é necessário e saudável o período de transição de um modelo de produção pautado no uso indiscriminado de agrotóxicos visando à maximização lucrativa para um modelo de produção alternativa ou ecologicamente correta.

No período de transição é que se inicia o processo de formação educativa permanente e o assentamento se organiza para a passagem de um modelo para outro. Tudo isso pode ocorrer de maneira ordenada e consciente. Vemos que esse período de transição

ainda está por vir no Assentamento Dorcelina Folador, na medida em que se estabelecer um projeto para o assentamento.

Constatamos algumas ações isoladas de dois assentados que resistem bravamente contra a agricultura moderna; se tomarmos como referência os dois assentados isoladamente poderíamos afirmar que eles estão em fase de pré-transição para a agricultura alternativa.

Não podemos deixar de ressaltar que o assentamento é relativamente novo, tem apenas cinco anos, e temos a convicção de que, se o discurso agroecológico do MST não penetrou e não prosperou de forma efetiva e pró-ativa entre os assentados, é porque ainda não se buscou um caminho coletivo para a implantação de um projeto bem estruturado e com acompanhamento por parte do MST.

Nossa intenção foi a de contribuir com reflexões acerca do tema da agroecologia dentro do Assentamento Dorcelina Folador, em Arapongas-Paraná, a partir da análise da identidade ecológica do MST. Temos a convicção de que nossa contribuição não é a única e também não está encerrada nem é definitiva, estando sujeita a discussão.

Esperamos, porém, com humildade, que este estudo desperte o interesse de outros pesquisadores em “captar” as novas ordenações do Assentamento Dorcelina Folador, pois, como assinalamos no decorrer deste trabalho, o assentamento vive em movimento – e movimento é vida .

REFERÊNCIAS

BASSANI, Paulo. **Núcleos de Assalariados Rurais Temporários** – lugar de resistência e descoberta. 1999 . Tese (Doutorado) – Pontifícia Universidade Católica de São Paulo, São Paulo, 1999.

_____. Uma ótica para ver o MST. **Terra Vermelha**. Londrina Dezembro de 2003, p.11 a 13.

_____. Movimentos Sociais no Campo – Aspectos do norte paranaense. **Revista Mediações** / Publicação do Departamento de Ciências Sociais, Centro de Letras e Ciências Humanas, Universidade Estadual de Londrina. – Vol. 05, n.1 (Jan./Jun.2000). p.65 a 77.

_____. Campesinato, Potencialidade e Processo. **Revista Semina**. Revista cultural e científica da Universidade Estadual de Londrina/ Ciências Sociais/Humanas. Vol.10. n.3 (Dez. 1989). p. 142 a 149.

BOFF, Leonardo. **Saber cuidar: ética do humano – compaixão pela terra**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1999.

BOGO, Ademar. **Arquitetos de sonho**. São Paulo ed. o autor, 2003.

BONILLA, A José. **Fundamentos da agricultura ecológica sobrevivência e qualidade de vida**. São Paulo: Nobel, 1992.

BONOMA, Thomas V. Case Research in marketing: opportunities, problems and process. **Journal of Marketing Research**, v. 22, n.2, p.199-208, May 1985.

BROIETTI, Marcos Henrique. **Os assalariados rurais temporários da Cana**. Londrina: Apeart, 2003.

BRUMER, Anita. **A pequena produção agrícola: conceito e tendências**. Universidade do Rio Grande do Sul., 1987. Texto de estudos nº 03. (cadernos).

CALZAVARA, Oswaldo. Planejamento Rural. In: CALZAVARA, Oswaldo; LIMA, Rodne de O. (Orgs.) **Brasil Rural Contemporâneo - Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina - Eduel, 2004.

CAPORAL, F. **Superando a revolução verde: a transição agroecológica no estado do Rio Grande do Sul, Brasil**. Abr. 2003. Disponível em : < <http://www.agirazul.com.br/artigos/caporal>> Acesso em: 23 mar. 2004.

CARVALHO, Isabel Cristina de Moura. A Questão ambiental e a emergência de um campo político-pedagógica. In: LOUREIRO, Carlos F. B. (Org.) **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate**. 2ed. São Paulo: Cortez, 2002.

CASTELLS, Manuel. **O Poder da Identidade**. São Paulo:xxx Paz e Terra, 1999. (A era da informação: economia, sociedade e cultura; v.2.).

CASTRO, Geldes de Campos. **CPT: a igreja e a questão agrária: visão histórica.** Disponível em: <<http://www.cpt.com.br>> . Acesso em : 3 de dez. 2003.

CAVALCANTI, Clóvis (Org). **Desenvolvimento e Natureza:** estudos para uma sociedade sustentável. São Paulo: Cortez, 1995.

CHIZOTTI, Antonio. **Pesquisa em Ciências Humanas e Sociais.** 4 ed. São Paulo. Cortez, 2000.

COELHO, Marcos de Amorim. **Geografia geral:** O espaço natural e sócio-econômico: ensino de 2º grau. 3 ed. Reform. São Paulo: Moderna, 1992. (Série sinopse).

COSTABEBER, José Antonio; CAPORAL, Francisco Roberto. Possibilidades e alternativas do desenvolvimento rural sustentável. In: VELA, Hugo (Org.). Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul. Santa Maria: Ed. da UFSN/Pallotti, 2003.

DENARDI, Reni Antonio. A agricultura familiar e políticas públicas: alguns dilemas e desafios para o desenvolvimento rural sustentável. **Revista de Agroecologia e Desenvolvimento Rural Sustentável**, Porto Alegre: v.2, n° 3 jul./ set.2001, p.57.

DIAS, Genebaldo Freire. **Educação ambiental:** princípios e práticas. 7 ed. São Paulo: Gaia 2001.

FERNANDES, Bernardo M. **Questão Agrária, Pesquisa e MST.** São Paulo: Cortez, 2001. (Coleção Questões de Nossa Época; v. 92).

FORNARI, N. Ernani. **Dicionário prático de ecologia.** São Paulo: Aquariana, 2001.

GUATARRI, Félix; ROLNIK, Suely. **Micropolítica :** Cartografias do desejo. Rio de Janeiro: Vozes, 1993.

HAGUETTE. Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na sociologia.** 9. ed. Petrópolis: Vozes, 2003.

HELLER, A. **A Biopolítica- La modernidad y la liberación del cuerpo.** Barcelona. Península /Idéias, 1995.

JULIÃO, Francisco. Que são ligas Camponesas. Rio de Janeiro, Civilização Brasileira, 1962. In: ANDRADE, Manoel Correia de. **Lutas Camponesas no Nordeste.** São Paulo: Série Princípios, 2.ed. Ática, 1989.

LEAL, L. N. Miséria atinge 27,26% da população. **Folha de Londrina.** Londrina: 15 out. 2004, p.10 Geral.

LEITE, Sérgio .**Assentamentos Rurais:** impactos locais e geração de empregos.Disponível em : <http://www.comciencia.br/reportagens/agraria/11.htm>. Acesso em 10 jun. 2003.

LOUREIRO, Carlos Frederico de (org). **Sociedade e meio ambiente: a educação ambiental em debate.** 2. ed. São Paulo: Cortez, 2002.

MARTINS, José de Souza. **Os camponeses e a política no Brasil**. Petrópolis, RJ: Vozes, 1986.

MIKLÓS, Andreas Attila de Wolinsk. Agroecologia: base para o desenvolvimento da biotecnologia agrícola e da agricultura. **In: CONFERÊNCIA BRASILEIRA DE AGRICULTURA BIODINÂMICA**, 3., 1998, Piracicaba. **Anais...**São Paulo: SMA/CED, 1999.

OLIVEIRA, Ariovaldo H. **Modo capitalista de produção e Agricultura**. São Paulo: Ática, 1986. (Série Princípios).

_____. **Agricultura Camponesa no Brasil**. São Paulo: Contexto, 1990.

PONTIFÍCIO CONSELHO “COR UNUM”. **A Fome no Mundo**. um desafio para todos: o desenvolvimento solidário. São Paulo Paulinas, 2003.

RODRIGUES, J P. Petistas rejeitam lobby pró-transgênicos do EUA. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 25 nov. 2002. p.A4.

SCHERER-WARREN, Ilse; KRISCHKE, Paulo. **Uma revolução no cotidiano**. Os novos movimentos sociais na América Latina. São Paulo: Brasiliense, 1987.

SHERER-WARRER, Ilse;; FERREIRA, José Maria Carvalho (Orgs). **Transformações Sociais e dilemas da globalização**: Um diálogo Brasil/Portugal. São Paulo: Cortez, 2002.

SILVA, José Graziano. **A modernização dolorosa**. Rio de Janeiro: Zahar , 1982.

SINGER, Paul. Elementos para uma teoria de emprego aplicável a países não desenvolvidos. Caderno CEBRAP, São Paulo: n. 18: p.1-63, 1974.

SOUZA, Marcelino de. DEL GROSSI, Mauro Eduardo. Pluriatividade e Desenvolvimento Rural. **In: CALZAVARA, Oswaldo; LIMA, Rodne de O. (Orgs.) Brasil Rural Contemporâneo - Estratégias para um desenvolvimento rural de inclusão**. Londrina - Eduel, 2004.

STEDILE, João Pedro. **Reforma Agrária e a luta do MST**. Rio de Janeiro: Vozes. 1999.

STEDILE, João Pedro. FERNANDES, Bernardo Mançano. **Brava Gente**: A trajetória do MST e a luta pela terra no Brasil. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 1999.

STEDILE, João Pedro. Movimento escolhe como adversárias indústrias de biotecnologia e grandes importadoras de alimentos. **Folha de São Paulo**, São Paulo, 15 fev. 2001, p.12A.

STRAPAZZON, João Paulo Lajus. **E o verbo se fez terra**: movimento dos trabalhadores rurais sem terra (SC) 1980-1990. Chapecó: Grifos, 1997.

TONÁ, Nilciney. A luta do MST é a luta pela vida. Disponível em <http://www.mst.org.br>.

VELA, Hugo (org.). **Agricultura familiar e desenvolvimento rural sustentável no Mercosul**. Santa Maria: Ed. da UFSN/Pallotti, 2003. COSTABEBER, José Antonio; Caporal, Francisco Roberto. Possibilidades e Alternativas do Desenvolvimento Rural Sustentável.

WANDERLEY, Maria de Nazareth Baudel, **Capital e propriedade fundiária: suas articulações na economia de Pernambuco**. Rio de Janeiro: Paz e Terra, 1979.

_____. Algumas reflexões sobre o Camponato do Nordeste: conceito e realidade. **Revista Ciência e Cultura**. São Paulo, v.29, p.537-44,1976.

YIN, Robert K. **Case study research: design and methods**. Beverley Hills, CA: Sage Publications, 1989.

Sites

AGROECOLOGIA. Disponível em:
<http://www.amda.org.br/interna_acoes_agroecologia.asp> Acesso em: 3 dez. 2003a.

AGROECOLOGIA. Disponível em
<[http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=\(agropecuario/index.html#contento=.agropecuario/agroecologia.html#com\)](http://www.ambientebrasil.com.br/composer.php3?base=(agropecuario/index.html#contento=.agropecuario/agroecologia.html#com))> Acesso em: 25 nov.2003b.

DECLARAÇÃO sobre os transgênicos. Disponível em :
www.resistir.inf/Brasil/declaraçãotransgênicos.htm

IBGE: População abaixo da linha de rendimento (%) linha de pobreza. Disponível em:
<http://www.ibge.com.br> acesso em 10 out. 2004.

MOVIMENTO DOS TRABALHADORES RURAIS SEM TERRA. Transgênicos: posição do MST sobre transgênicos, porque o MST deve ser contra a produção de sementes e alimentos transgênicos. Disponível em
www.mst.org.br/campanha/transgenico/meioamb2.html Acesso em 17. Abr. 2004.

ANEXOS

ANEXO – A Roteiro de entrevista (etapa-I)

ROTEIRO DE ENTREVISTA COM OS ASSENTADOS DO
ASSENTAMENTO – DORCELINA FOLADOR –
ARAPONGAS – PARANÁ

1- Idade_____ Sexo () Masculino
() Feminino

2- Escolaridade:

- (1) Fundamental Completo
- (2) Fundamental Incompleto
- (3) Médio Completo
- (4) Médio Incompleto
- (5) Superior completo
- (6) Superior incompleto
- (7) Pós- Graduando
- (8) Analfabeto

3- Estado Civil:

- (1) Casado(a)
- (2) Solteiro(a)
- (3) Viúvo(a)
- (4) Amasiado(a)

4- Tem filhos

- (1) Sim
- (2) Não

5- Números de filhos _____

6- Qual o tamanho da propriedade_____

7- Quem auxilia no trabalho de “tocar” a propriedade_____

8- Característica da produção:

- (1) Coletiva
- (2) Semi coletiva
- (3) Individual/família

9- Quais produtos estão sendo cultivados:

- () soja
- () arroz
- () feijão
- () milho
- () hortaliças
- () legumes
- () mamona

Outro? Qual? _____

10- Quais animais são criados

- () galinha
- () porco
- () gado
- () ovelha

() Outro? Qual? _____

11- A propriedade recebe assistência técnica?

- (1) Sim
- (2) Não

De quem? _____

12- Normalmente o que se produz é consumido pela própria família?

- (1) Sim
- (2) Não

13- Qual o destino do excedente da produção?

14- A propriedade possui:

- () luz elétrica
- () água tratada
- () trator de uso individual
- () trator de uso coletivo
- () veículo para transportar a produção de uso individual
- () veículo para transportar a produção de uso coletivo

Outro: Especifique:

15- Em sua propriedade, em alguma fase do cultivo, faz-se uso de produtos químicos? (adubos, pesticidas, herbicidas, etc).

(1) Sim

(2) Não

16- Você produz ou já produziu orgânicos?

(1) Sim

(2) Não

17- Se você produz ou já produziu orgânicos, quais as maiores dificuldade encontradas?

18- O que você acha dos produtos orgânicos?

19- Qual o seu entendimento sobre produtos transgênicos?

ANEXO – B Roteiro de entrevistas (etapa II)

ROTEIRO DE ENTREVISTAS COM OS ASSENTADOS
PRODUTORES DE ORGÂNICOS DO ASSENTAMENTO
DORCELINA FOLADOR – ARAPONGAS – PARANÁ.

- 1- Qual foi sua trajetória de vida até chegar neste assentamento?

- 2- A princípio a idéia era desenvolver no assentamento Dorcelina Folador um modelo de produção alternativa (agroecológica) inclusive com a implantação de um centro de formação em orgânicos para os filhos de assentados e filhos de pequenos agricultores de toda a região, na sua opinião o que contribuiu para que esta proposta não se efetivasse?

- 3- Em se tratando de linha diferenciada de produção alternativa que respeita o ecossistema, existe alguma orientação técnica específica para orgânico? E quem fornece essas orientações?

- 4- Diga quais as maiores dificuldades que você enfrentou (ou enfrenta) na produção de orgânicos?

Muito obrigado por sua colaboração.